



Centro Universitário de Brasília – CEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde

**MÁRCIA RODRIGUES DOS SANTOS**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA  
DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO DE CASOS À LUZ DA TEORIA DA  
SUBJETIVIDADE**

Brasília

2023

**MÁRCIA RODRIGUES DOS SANTOS**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA  
DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO DE CASOS À LUZ DA TEORIA DA  
SUBJETIVIDADE**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Deusdará Mori.

Brasília

2023

**MÁRCIA RODRIGUES DOS SANTOS**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO DE  
CASOS À LUZ DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, 21 de março de 2023.

**Banca examinadora**

---

Profª. Dra. Valéria Deusdará Mori  
Orientadora

---

Profª. Dra. Júlia Bucher  
Examinadora

---

Profª. Dra. Laura Frade  
Examinadora

---

Profª. Dra. Daniela Borges Lima de Souza  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus, sem o qual eu nada seria e nada teria. A fé foi minha grande companhia em todo o processo, com seus bons e difíceis momentos.

Aos meus pais e ao meu irmão, por sempre entenderem minhas ausências para dedicar tempo a este trabalho. A determinação que eles me ensinaram a ter foi fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui. Agradeço especialmente à minha mãe, que acumula uma outra função muito especial: minha melhor amiga!

A todas as mulheres que atendi, como participantes ou não, por tanto me ensinarem, me trazerem feedbacks, me questionarem e demonstrarem, com palavras e com ações perante a violência, a eficácia das intervenções. Sem dúvida, devo a vocês a escolha por essa temática, buscando ser um instrumento para auxiliá-las a sair da situação de violência, para buscarem um caminho de autoestima, respeito e autonomia.

À minha querida orientadora, professora Valéria Deusdará Mori, pela acolhida afetuosa e, ao mesmo tempo, por ser tão técnica e acadêmica. Agradeço também pela compreensão em receber uma orientanda que nunca pode se afastar das atividades laborativas e, mesmo sem sua dedicação exclusiva, sempre soube motivar, cobrar e confortar – tudo nos momentos em que isso se fazia fundamental. Sem você, nada teria sido possível. Certamente, é uma mulher que pratica a sororidade, e que contribui com o sucesso de outras mulheres.

Às professoras Laura Frade, Júlia Bucher e Daniela Borges, que tanto me honraram em participar da construção da dissertação, num momento tão particular: a pandemia de Covid-19. Mesmo não apresentando presencialmente – tendo sido a banca em modo virtual –, senti, de forma tão intensa, a compreensão e a contribuição, que me levaram a outras possibilidades, outras leituras, reflexões mais ambiciosas – na ocasião da qualificação – e por terem acreditado no meu potencial.

Aos amigos, de dentro e fora da Universidade, que sempre compreenderam as impossibilidades de que eu me fizesse presente, mas se fizeram presentes quando acionados e, de ombro a ombro, construiu-se um percurso cheio de afeto e conhecimento entre nós. Eles me incentivaram quando uma palavra poderia fazer toda a diferença e, assim, se fizeram presentes mesmo quando ausentes.

## Rosas

(Atitude Feminina)

Hoje meu amor veio me visitar  
E trouxe rosas para me alegrar  
E com lágrimas pede pra eu voltar  
Hoje o perfume eu não sinto mais  
Meu amor já não me bate mais  
Infelizmente eu descanso em paz  
Tudo era lindo no começo lembra?  
Das coisas que me falou que era bom sedução  
Uma história de amor, vários planos, desejos e ilusão  
E daí?  
Não tinha nada a perder queria sair dali  
No lugar onde eu morava me sentia tão só  
Aquele cheiro de maconha e o barulho de dominó  
A molecada brincava na rua e eu cheia de esperança  
De encontrar no futuro a paz sem tiroteio, vingança  
E ele veio como quem não quisesse nada  
Me deu um beijo e me deixou na porta de casa  
Os meus olhos brilhavam estava apaixonada  
Deixa de ser criança a minha mãe falava  
Que no começo tudo é festa e eu ignorava  
Deixe eu viver meu futuro e si pá  
Muda nada  
Menina boba e iludida sabe de nada da vida  
Uma proposta ambição de ter uma família  
Entreguei até a alma e ele não merecia  
O meu pai embriagado nem lembrava da filha  
Meu príncipe encantado, meu ator principal  
Me chamava de filé e eu achava legal  
No começo tudo é festa sempre é bom lembrar  
Hoje estou feliz o meu amor veio me visitar

Hoje o meu amor veio me visitar  
E trouxe rosas para me alegrar  
E com lágrimas pede pra voltar  
Hoje o perfume eu não sinto mais  
O meu amor já não me bate mais  
Infelizmente eu descanso em paz  
Numa atitude pensada sai de casa pra ser feliz  
Não dever satisfação ser dona do meu nariz  
Não aguentava mais ver a minha mãe sofredora  
Levar porrada do meu pai embriagado e à toa  
O meu irmão se envolvendo com as paradas erradas

Cocaína, maconha, 157

Ah, mas eu estava feliz no meu lar doce-lar  
Sua roupa, olha só  
Tinha prazer de lavar  
Mas alegria de pobre dura pouco, diz o ditado  
Ele ficou diferente a princípio irritado  
Chegava tarde da rua aquele bafo de pinga  
Batom na camisa e cheiro de rapariga  
Nem um ano de casado, ajuntado sei lá  
Não sei pra que cerimônia o importante é amar  
Amor de tolo amor de louco e foi o que aconteceu  
Me mandou calar a boca e não me respondeu  
Insistir foi mal, ele me bateu  
No outro dia me falou que se arrependeu  
Quem era eu pra julgar?  
Queria perdoar  
Hoje estou feliz o meu amor veio me visitar  
Hoje o perfume eu não sinto mais  
Meu amor já não me bate mais  
Infelizmente eu descanso em paz  
Quase dois anos a rotina parecia um inferno  
Que saudade da minha mãe  
Desisti do colégio

A noite chega a madrugada e meu amor não vinha  
Quanto mais demorava, preocupada mais eu temia

Não estava aguentando aquela situação  
Mas hoje tudo vai mudar ele querendo ou não  
Deus havia me escutado há uns dois meses atrás  
Aquele filho na barriga era esperança de paz  
Tantos conselhos me deram de nada adiantou  
Era a mulher mais feliz, o meu amor chegou

Que pena

Novamente embriagado

Aquele cheiro de maconha

Inconfundível, é claro

Tentei acalmá-lo ele ficou irritado

Começou a quebra tudo loucamente lombrado  
Eu falei que estava grávida ele não me escudou  
Me bateu novamente mais dessa vez não parou  
Vários socos na barriga, lá se vai a esperança  
O sangue escorre no chão, perdi a minha criança  
Aquele monstro que um dia prometeu me amar

Parecia incontrolável eu não pude evitar

Talvez se eu tivesse o denunciado

Talvez se eu tivesse o deixado de lado

Agora é tarde

Na cama do hospital

Hemorragia interna o meu estado era mal  
O sonho havia acabado e os batimentos também  
A esperança se foi pra todo sempre, amém

Hoje o meu amor implora pra eu voltar

Ajoelhado, chorando

Infelizmente não dá

Agora eu to feliz ele veio me visitar

É dia de finados, muito tarde pra chorar

Hoje o meu amor veio me visitar  
E trouxe rosas para me alegrar  
E com lágrimas pede pra voltar  
Hoje o perfume eu não sinto mais  
O meu amor já não me bate mais  
Infelizmente eu descanso em paz.

## RESUMO

A presente dissertação buscou compreender como é sentida e percebida a violência doméstica pelas mulheres que dela têm padecido, as formas como estas vivenciam subjetivamente o processo de apoio institucional pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), explicar a eficiência das estratégias institucionais – de modo que as mulheres que vivem de forma ativa as experiências de violência possam se posicionar frente à mesma – e, ainda, elaborar novas estratégias de prática profissional orientadas ao desenvolvimento subjetivo das mulheres atendidas pela DPDF. Para tanto, usou-se, como metodologia, a pesquisa qualitativa à luz da teoria da subjetividade, lente que permitiu ler e buscar o entendimento de como os processos subjetivos podem levar à manutenção da permissibilidade, à fragilidade, à dependência e o medo, que se configuram no contexto de cada uma dessas mulheres. As ferramentas construtivo-interpretativas norteiam a construção de processos subjetivos singulares, permitindo, ao profissional, trazer o supracitado marco teórico para intervenções práticas e, ainda, dentro de um contexto institucional. Assim, pode-se dizer que emergem sentidos subjetivos nada padronizados no que diz respeito à violência doméstica, com respeito a toda a singularidade envolvida, por parte de cada uma das assistidas pela DPDF.

**Palavras-chave:** violência doméstica; Teoria da Subjetividade; Psicologia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
CAC	Caçador, Atirador e Colecionador
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DF	Distrito Federal
DPDF	Defensoria Pública do Distrito Federal
MA	Maranhão
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPU	Medida Protetiva de Urgência
NAJ	Núcleo de Atendimento Jurídico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU Mulheres	Organização das Nações Unidas Mulheres
PA	Pará
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Termo de Cooperação Técnica
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
2.1	Objetivo geral.....	15
2.2	Objetivos específicos.....	15
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
3.1	Contextualizando o fenômeno da violência.....	16
3.2	Considerações sobre questões históricas, culturais e sociais relativas ao fenômeno da violência doméstica.....	19
3.3	Teoria da Subjetividade e violência doméstica: compreendendo a complexidade do fenômeno .....	25
<b>4</b>	<b>MÉTODO .....</b>	<b>29</b>
4.1	Método construtivo-interpretativo.....	29
4.2	O espaço da pesquisa.....	30
4.3	Participantes e critério de seleção do caso .....	31
4.4	A construção do cenário social de pesquisa .....	32
4.5	Instrumentos .....	32
<b>5</b>	<b>PARTICIPANTES.....</b>	<b>34</b>
5.1	Talita.....	34
5.2	Poly .....	40
5.3	Joana.....	47
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
	<b>ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>59</b>
	<b>ANEXO B – Modelo de complemento de frases .....</b>	<b>60</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A motivação para realizar a presente pesquisa surge, antes de tudo, pelo contexto profissional onde estou inserida – na Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF): trabalhar, nesta instituição, com mulheres que sofrem violência doméstica, levou-me a questionar quais são os processos subjetivos vivenciados por essas pessoas, que se encontram socialmente nomeadas como vítimas. Comecei a me questionar, também, qual é a influência dos discursos hegemônicos dominantes em aspectos emocionais e subjetivos dessas mulheres que vivenciam a violência doméstica, ressaltando a pergunta que percebo ser utilizada, muitas vezes, em senso comum: “por que a mulher simplesmente não sai da relação violenta, assim que esta se inicia?”

Diante de tal contexto, percebi a importância de manter a percepção profissional e acadêmica para além dos discursos de gênero, que podem ser utilizados na tentativa de justificar não somente a existência e ocorrência da violência doméstica, mas da sua gênese. Perante essa necessidade, busquei um aporte teórico e metodológico que me auxiliasse na compreensão do fenômeno de modo mais profundo e menos fragmentado sobre o tema.

Para isso, o presente estudo utilizou-se da Teoria da Subjetividade e da Epistemologia Qualitativa – ambas postuladas por González Rey (1997, 2003, 2007, 2011, 2012) –, a fim de buscar esse aprofundamento reflexivo, ressaltando a importância de considerar os aspectos histórico-culturais relativos ao fenômeno da violência doméstica, bem como as questões emocionais da mulher que a vivencia.

Cabe ressaltar, de acordo com González Rey (2005), que as escolhas de cada indivíduo dependem não apenas de sua consciência e vontade individuais vistas isoladamente, mas da cultura, da situação social, do acesso aos serviços, da opinião da comunidade, amigos e familiares, aspectos estes que fazem parte da construção e reconstrução cotidiana dos mesmos, dentre tantos outros fenômenos que se geram de formas muito diferentes na subjetividade. Esses fenômenos não têm influência pelo que são em si, mas pela forma em que são subjetivados pelas pessoas e pelos espaços sociais.

Partindo disso, passei a compreender que, aos profissionais que trabalham com mulheres que vivenciam a violência doméstica, cabem focalizar práticas que favoreçam o desenvolvimento de uma nova trajetória que leve à potencialização de recursos subjetivos das pessoas atendidas. Essa prática profissional corrobora com um posicionamento ativo e responsável por parte das mulheres atendidas e, assim, promover relações pautadas não na

normatização ou nos discursos hegemônicos dominantes que regem a sociedade, mas em sua singularidade e seus processos subjetivos.

É necessário, portanto, romper com a rigidez institucional que, muitas vezes, espera que a mulher se adeque aos seus padrões de relações e serviços e, em vez de identificar as necessidades de cada pessoa atendida, ir ao seu encontro. Nesse aspecto, sabe-se que as reincidências da **violência doméstica** fazem parte do ciclo da violência como um todo, e as equipes devem ser mobilizadas para a ação em promoção de saúde dessa pessoa atendida, diante de todos os seus retornos à instituição.

Desse modo, buscou-se, neste estudo, compreender como essa mulher percebe e sente a violência doméstica e a instituição de atendimento, identificando as dificuldades de construção de vínculo com as diversas instituições que essa mulher precisa passar, com vistas a sair do ciclo de violência.

Foi necessário o engajamento na complementação da produção teórica existente a respeito do tema, no sentido de nortear as práticas profissionais supracitadas: esse novo aporte teórico que se desenvolve, pautado na Teoria da Subjetividade de González Rey (1997, 2003, 2007, 2011, 2012), permite o redirecionamento e a reavaliação da formação dos profissionais inseridos nesse contexto. A possibilidade de renovar as práticas institucionais onde social e individual, teoria e prática não permanecem vistos de maneira causal ou dicotômica, mas se tornam complementares em prol da relevante complexidade humana.

A produção teórica se torna congruente com a ação profissional por meio desse movimento de articulação, tornando-se um elemento facilitador quando a psicóloga assistente se vê diante da assistida, interagindo com uma pessoa em estado de sofrimento. Torna-se necessário, portanto, observar os entraves do cotidiano a fim de implementar mudanças, promovendo atividades terapêuticas que enfatizem aspectos positivos do modo de vida da mulher que sofreu ou sofre violência, aumentando a probabilidade da construção de iniciativas individuais e conjuntas, possibilitando, então, que o psicólogo saia da posição de detentor de saber e ressalte a possibilidade de que a assistida que está diante de si, emergja enquanto sujeito.

Não se pretendeu, aqui, criticar a realidade observada, mas o estudo se propôs ao desafio de elaborar propostas de possibilidades novas para intervir no fenômeno da violência doméstica, de modo a conseguir impactar os diversos aspectos da prática institucional. É, a partir de tal postura crítica, que se repensa as próprias práticas, abrindo para as singularidades psicológicas que se apresentam no contexto institucional. É, somente dessa maneira, que as pessoas atendidas não serão tratadas como objetos de procedimentos técnicos, criando assim vínculo

com o profissional através do diálogo aprofundado – recurso essencial da pesquisa e a prática neste referente teórico.

Acredito que não se pode retirar o potencial da mudança do campo de ação da vítima, desconsiderando suas condições singulares, negando sua possibilidade de se transformar em sujeito da situação vivida. A mulher se torna sujeito quando se coloca de forma ativa – não se reprimindo cegamente e sem contestação ao que orientam os profissionais – ou quando assumem uma postura ativa e criam alternativas para seu desenvolvimento – mesmo que a intervenção profissional termine.

Outro fator importante a ser considerado no desenvolvimento do presente estudo é a categoria do modo de vida, conceituado por González Rey (2004) como sistema de configurações subjetivas em desenvolvimento, que adquirem uma formação dominante no comportamento dos sujeitos, passando a existir sobre as outras. Essa produção é fundamental tanto nos processos relacionados à subjetividade individual como àqueles ligados à subjetividade social, sendo o modo de vida mais um sistema de expressões com valor para o estudo dos sentidos e das configurações subjetivas. Assim, é necessário romper com a perspectiva linear de causalidade, onde a causa do fenômeno está diretamente ligada à sua solução.

Considero, então, que não há causas específicas determinantes do fenômeno da violência doméstica, mas a existência de uma infinidade delas que se desenvolvem de acordo com a lógica configuracional de cada mulher que a vivencia, bem como de seu contexto doméstico. Assim, esta pesquisa se propôs a romper com as tendências de linearidade do pensamento evolutivo presentes na compreensão dos processos humanos.

É preciso criar transformações sociais fundamentais para o nosso tempo e, para tanto, deve-se recriar práticas profissionais sobre outras bases, que realcem outras formas de cuidado, favorecendo a subjetividade e pensando na dimensão educativa do trabalho, com discursos de aspectos históricos, como o modo de vida e as relações de poder implicadas nas dinâmicas sociais.

Conforme corrobora Lyotard (1988), não é possível compreender o saber sem o contexto social no qual o sujeito está inserido, interrogando de maneira correta, pois é a partir da pergunta que se torna plausível percorrer a trilha da compreensão de novos caminhos possíveis.

Na fundamentação teórica, inicialmente, apresento uma breve contextualização conceitual sobre a violência doméstica, apresentando assim os principais estudos existentes na área. Ressalto, neste capítulo, a Teoria da Subjetividade, colocando ênfase em como a mulher

que vivencia a violência doméstica sente e percebe esse fenômeno, bem como na subjetividade social relacionada ao mesmo.

O método construtivo-interpretativo de González Rey (1997, 2005, 2012) é apresentado no capítulo seguinte, junto a seus princípios e conceitos, bem como a construção do cenário de pesquisa, as participantes e os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Compreender como é sentida e percebida a violência doméstica pelas mulheres que dela têm padecido, bem como as formas como estas vivenciam subjetivamente o processo de apoio institucional pela DPDF.

### **2.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos deste estudo foram:

- a) explicar a eficiência das estratégias institucionais, de modo que as mulheres que vivem de forma ativa as experiências de violência possam se posicionar frente à mesma;
- b) elaborar novas estratégias de prática profissional orientadas ao desenvolvimento subjetivo das mulheres atendidas pela DPDF.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Contextualizando o fenômeno da violência

O tema relacionado à violência doméstica, por sua atualidade e importância, tem sido investigado no decorrer do tempo por estudiosos da área, ressaltando a sua relevância social e cultural. Este tema está englobado em um âmbito de estudo maior, relativo ao fenômeno da violência em si.

De acordo com Michaud (1989), a violência pode ser distinguida em dois aspectos considerados básicos: o caráter de intensidade do ato e o caráter de lesividade. Esse autor propõe, como conceito de violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 11).

Essa duplicidade de aspectos apresentada por Michaud (1989) encontra-se também na conceituação de violência oferecida por Amoretti (1992, p. 41): “Violência pode ser definida como o ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro”.

De acordo com Zanotta (2010), são quatro os tipos de violência tradicionais: a) violência entre nações (guerra), como solução de conflitos; b) violência interpessoal para conflitos entre indivíduos de uma mesma rede de relações pessoais; c) violência como solução para disputar patrimônios; e d) violência de gênero – o feminino como inferior, razão pela qual as mulheres são vítimas crônicas e preferenciais.

Zanotta (2010) corrobora também existência da tipologia de quatro violências ultramodernas: a) criminalidade organizada (tráfico de drogas); b) violência ilegítima em órgãos de segurança estatais responsáveis pelo uso da força física; c) violência da segurança privada, com diferentes e antagônicos graus de legitimidade e legalidade; d) violência individual ou grupal indiscriminada, contra vítimas estratégicas para produzir visibilidade, como por exemplo, as chacinas com ares de espetáculo e o terrorismo.

Nessa conjuntura relacionada à violência, de acordo com estudos recentes, pessoas do gênero masculino são mais propensas ao ato de matar e à morte (SOUZA; SOUSA, 2005).

Dentro dessa lógica relacionada ao gênero masculino que apresenta prevalência sobre o feminino, ressalta-se que o patriarcado é um sistema social baseado no controle dos machos sobre as fêmeas, enquanto o machismo é o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, que diferencia e hierarquiza as relações entre mulheres e homens (SILVA, 2012). Ressalto, neste estudo, a violência contra a mulher, em contexto doméstico.

De acordo com Saffioti (2004, p. 198), a “ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais do ditame do patriarca”. Dessa maneira, torna-se necessário refletir que, desde os primórdios, o gênero feminino se tornou subjugado ao gênero masculino, onde um deveria garantir a obediência do outro.

A desigualdade de tratamento das mulheres se faz presente desde a história colonial, imperial e republicana no Brasil. Dentro desse contexto – até o Código Civil (CC) de 1916 –, era legítimo matar a mulher que traísse, por exemplo, bem como realizar castigos físicos eram permitidos à mulher que não obedecesse ao marido. A defesa da honra ou a passionalidade eram argumentos para absolvição e, somente em 1962, o Estatuto da Mulher Casada deu à mulher o direito de escolher trabalhar e onde morar (ZANOTTA, 2010).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002, p. 5) define violência como “o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Ressalta-se, porém, que ao considerar o fenômeno da violência doméstica em sua complexidade, não se pode reduzir o mesmo somente a uma questão de gênero, visto que a violência de gênero é parte da violência instituída pela sociedade, e expressa a exclusão racista, o desemprego, a exploração dos grupos sociais dominantes, entre outros.

Historicamente, a submissão da mulher ao poder masculino – fosse ele encarnado na figura do pai, irmão ou marido – foi considerada uma das ideias que mais se desenvolveu na regulação das trocas sociais durante a modernidade (CARROY, 1991; EDELMAN, 1995). Percebe-se, assim, que vitimizar mulheres é vivenciado, no presente, através da memória social e cultural. Assim, de acordo com o contexto histórico e cultural, as relações violentas dos homens com as mulheres se dão por vias de controle, poder e ciúmes, onde, por vezes, os agressores consideram seus atos corretivos, de modo a justificar a violência como elemento disciplinar (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012).

O sujeito violento pode ser portador de algum desvio, com pouca consciência e responsabilidade dos seus atos. A violência, para o senso comum e para a mídia, é fruto de ato

impulsivo, descontrolado ou patológico. Nem sempre a violência é irracional, e, quando há, nunca coincide com a ação puramente instintiva (COSTA; ALMEIDA, 2005).

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2018), as pessoas que buscam a justiça têm pouca escolaridade, exercem trabalhos informais com baixa renda e o episódio gerador do processo ocorreu associado ao uso de álcool e outras drogas. Além disso, quanto mais baixo o poder aquisitivo, menos recursos o casal tem para lidar com o conflito, como psicoterapia – infelizmente ainda muito elitizada, no Brasil.

Apesar das supracitadas características em comum, a violência contra a mulher está presente em todas as camadas sociais. Isso só reforça a seletividade do sistema penal, pois, aparentemente, a subnotificação é ainda maior nas classes sociais mais altas.

Além disso, há um ideal imposto de feminilidade, no qual as falhas do relacionamento são responsabilidade da mulher. Muitas vezes, mulheres evangélicas citam um trecho da bíblia, especificamente o capítulo 14, versículo 1, de Provérbios, que diz: “Toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos” (SAGRADA..., 2008). Ou seja, se o lar desmorona, é por falta de sabedoria da mulher.

O papel feminino que a sociedade determina é de cuidado, o que coloca a mulher como responsável pelo cuidado do lar e dos filhos. De certo modo, destaca-se assim a invisibilidade da situação de violência à qual essas mulheres-mães são submetidas. Isso pode afetar o comportamento educativo das mães, e sua capacidade de dar suporte emocional aos outros (CLETO; COOLAN; SIGNORELLI, 2019).

Para Bronfenbrenner (2011), uma das consequências do referido papel pode ser um entendimento equivocado sobre os acompanhamentos: elas não se aproveitam dos atendimentos para compartilhar suas questões e aceitar a ajuda da equipe, ou seja, somente se aproveitam de sua frequência para as decisões judiciais, como guarda, pensões alimentícias etc.

A violência familiar repercute, em maior ou menor escala, em todos os membros da família, sendo que as principais vítimas são crianças e adolescentes: Brasil (2016) relata, por meio do relatório da Secretaria de Direitos Humanos, que 57% das denúncias realizadas pelo Disque 100, em 2016, estavam relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes.

Dentro deste contexto, ressalto, no presente estudo, o fenômeno da violência doméstica, no qual os crimes são praticados pelos mais diversos motivos por quem os comete: sentimento de posse mascarado pelos ciúmes; medo de dividir bens materiais quando a mulher pede separação; manter aparências do relacionamento por motivos sociais; medo de que a mulher afaste o filho do pai; mostrar autoridade sobre a mulher para a família e/ou sociedade; uso de álcool ou drogas; questões religiosas, entre outros.

Já da parte de quem sofre a violência, são vários os fenômenos que podem tecer essa complexa relação: dependência financeira e/ou emocional do parceiro; receio de perder a guarda dos filhos; receio de como será tratada pela família, sociedade e grupos religiosos etc.

Afinal, é difícil ser só onde a maior parte prefere ser par, e a dependência emocional pode se tornar patológica, podendo causar ansiedade, depressão e uma gama de questões desencadeadas por sofrimento psíquico. Por isso mesmo, quando se fala em violência doméstica, se fala também em uma questão de saúde pública, tanto por conta da violência física e psicológica, como pelos índices de suicídio feminino atribuídos à violência doméstica: muitas vezes, essas vítimas são invisíveis aos olhos das estatísticas oficiais, porém, o suicídio assim não o é para familiares e pessoas próximas, assim como para muitos profissionais atuantes em Prontos Socorros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) etc.

E as sobreviventes? Muitas vezes terão que conviver com sequelas de violências que lhe foram autoinfligidas, que podem causar restrições laborais, reprodutivas, estéticas, com baixa de autoestima, estigma para futuros relacionamentos etc. Ainda assim, mesmo tendo que lidar com essas questões, muitas se mostram aliviadas pela tentativa de suicídio não ter se concretizada, porque não queriam de fato morrer, e sim alguma forma de estancar o sofrimento.

Faz-se necessário, então, estudar o caráter subjetivo e complexo desse fenômeno, que se apresenta como um ciclo vicioso, considerando suas questões históricas, culturais e sociais – como se apresenta a seguir.

### **3.2 Considerações sobre questões históricas, culturais e sociais relativas ao fenômeno da violência doméstica**

A violência doméstica contra a mulher não é um fenômeno recente, mas tem tomado proporções epidêmicas nos últimos anos, ainda que com o advento da Lei nº 11.340 de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que foi um caso emblemático de luta contra a impunidade: seu marido tentou assassiná-la por duas vezes, sendo que a segunda tentativa a tornou tetraplégica. Além da já conhecida morosidade da justiça brasileira, seu ofensor passou 20 anos fazendo uso de todos os instrumentos legais para não responder por seus crimes, quando finalmente foi preso. O caso foi levado pela própria Maria da Penha à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), pelo qual o Estado brasileiro foi condenado por omissão.

Depois disso, foi necessária a criação da Lei nº 13.104, em 2015 – conhecida como a Lei do Feminicídio –, que veio numa tentativa de tornar ainda maior a punição para esse tipo de crime.

Antes disso, o estupro marital foi reconhecido pela Lei nº 10.015, do novo Código Penal (CP). O contrato sexual é patriarcal e pode configurar uma submissão patriarcal, onde só o prazer masculino importa. Apesar de ser mais antiga, a legislação era pouco conhecida e, conseqüentemente, pouco aplicada. Ainda que muito comum, a maior parte das mulheres sequer sabe da existência de legislação com tal proteção, e uma boa parte dos homens também não, já que atribuem a prática a direitos matrimoniais.

É, por isso, que o trabalho do profissional de Psicologia é tão importante: além do suporte psicológico, ele deve munir a mulher de informações importantes para sua tomada de decisão, afinal, se ela não sabe tratar-se de crime, e sim de obrigações matrimoniais, como poderá reconfigurar seus processos subjetivos?

Desde 1990, este fenômeno é reconhecido por organismos internacionais – como a OMS – como problema de saúde pública. Isso implica uma obrigação para que o governo de cada país formule políticas públicas relativas à essa tipologia de violência, sejam elas de assistência aos casos individuais que compareçam aos serviços ou de ações de prevenção e promoção da saúde, como campanhas educativas ou intervenções sociais que incentivem a não violência.

De acordo com Zanotta (2010, p. 17): “Foi a denúncia do caso extremado do poder de vida e de morte dos homens sobre suas mulheres, e não a crítica à violência cotidiana e crônica contra as mulheres, a tônica capaz de repercutir na opinião pública e nas elites políticas”.

Para melhor compreensão do fenômeno de violência doméstica, faz-se necessário conceituá-lo, de acordo com a legislação vigente sobre o tema:

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, nos incisos do art. 5º, define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida. Ainda, no parágrafo único do referido artigo, há a ressalva de que as relações íntimas mencionadas independem de orientação sexual, do que se pode entender a possibilidade de o ‘agressor’ também ser mulher, caso se trate de uma relação homossexual (CELMER, 2007, p. 73).

É importante observar que, considerando o histórico do fenômeno violência doméstica, de acordo com os dados do Mapa da Violência de 2015, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking de feminicídio no mundo. Ainda de acordo com essa pesquisa, a violência contra a mulher está

associada a altos índices de suicídio, abuso de drogas e álcool, diversos problemas ginecológicos ou da saúde reprodutiva, ocasionando inúmeros danos à mulher. Tal violência é praticada, na maioria das vezes, por pessoas que se relacionam de maneira estreita com a mulher, ou seja, os agressores são maridos, companheiros, pais e irmãos, e até mesmo companheiras, mães, filhas e familiares em geral (WASELFISZ, 2015).

A banalização da violência é um fenômeno global, que não afeta somente as mulheres, mas a sociedade como um todo. O agravante é a violência cometida pelo simples fato de ser mulher, e como os “pequenos” machismos potencializam esse fenômeno. Um dos desafios desse contexto consiste em fazer micro mudanças, visando, a longo prazo, mudanças macrossociais.

Em relações homoafetivas, por vezes, observa-se que uma das parceiras assume o papel tipicamente masculino (por exemplo, provedor), enquanto a outra assume o papel tipicamente feminino (por exemplo, tarefas domésticas). Isso, por vezes, pode potencializar a violência.

Quanto à mercantilização da violência, de acordo com a Lei nº 9.099 de 1995 – que trata de crimes com motivações diversas e foi utilizada anteriormente à criação da Lei Maria da Penha –, os ofensores poderiam receber penas alternativas, como a prestação de serviços a comunidades, doação de cestas básicas às unidades credenciadas, entre outros (BRASIL, 2006). Esse fato histórico contribuiu para que, ainda atualmente, em conjuntura social, muitas mulheres acreditem que o crime seja de fato “de menor poder ofensivo”.

Dentro desse contexto – da Lei nº 9.099 de 1995 e o modo de tratamento da violência doméstica no país –, percebe-se a necessidade de falar sobre as atuais políticas públicas nacionais para tratar sobre o tema.

Atualmente, no Brasil, a assistência às mulheres em situação de violência deve ser garantida através do atendimento realizado por agentes públicos e comunitários (BRASIL, 2006). Os serviços previstos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011) são indicados conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Serviços previstos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

<b>Serviço</b>	<b>Objetivo</b>
CRAS <sup>1</sup> e CREAS <sup>2</sup>	Visam o acolhimento, o atendimento, a proteção básica de famílias em situação de vulnerabilidade ou com direitos violados, a orientação e o encaminhamento jurídico das mulheres em situação de violência, a fim de que se fortaleçam e resgatem sua cidadania. Além disso, devem articular, acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas pela rede.
Casas-Abrigo	Fornecer, em caráter sigiloso e temporário, moradia protegida e atendimento integral a mulheres quando a violência doméstica coloca suas vidas em risco.
Juizados de Violência Doméstica	Oferecer ações de cunho cível e criminal, contam com equipe de atendimento multidisciplinar nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.
Delegacias da Mulher	Prevenir, apurar, investigar casos de violência contra a mulher e, caso necessário, enquadrar legalmente o agressor.
Central de Atendimento à Mulher	Orientar mulheres em situação de violência e oferecer serviço de denúncias, através de ligações gratuitas para o número 180. Informar os serviços que auxiliam no enfrentamento à violência e encaminhar as mulheres para os serviços de rede de atendimento mais próxima.
Ouvidorias	Ofertar escuta qualificada e atendimentos diretos, com intuito de enfatizar os direitos humanos.
Defensorias da Mulher	Prestar assistência jurídica, orientação e encaminhamento às mulheres em situação de violência, além de defender aquelas que não possuem condições econômicas para contratação de advogado.
Serviços de Saúde	Prestar assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às vítimas de violência sexual, orientando e atuando, também, na interrupção de gravidez prevista em lei nos casos de estupro.

Legenda:

<sup>1</sup> Centro de Referência de Assistência Social;

<sup>2</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Fonte: Modificado de Waiselfisz (2015).

Dessa maneira, sabe-se que o combate à violência doméstica deve ser política de intervenção social de caráter interdisciplinar e intersetorial. Faz-se necessário fortalecê-lo a partir da composição de várias redes assistenciais: saúde; segurança pública e pessoal; justiça e bem-estar social.

Há, em provimentos de lei, a previsão de institucionalizar a vítima na ocasião do registro do Boletim de Ocorrência (BO). Após a realização deste, é ofertado auxílio em uma Casa-Abrigo – que é um equipamento do Estado apto a receber a vítima, bem como seus filhos menores de 14 anos e/ou suas filhas em qualquer idade, garantindo-lhes a segurança.

No contexto do Distrito Federal (DF), há um Termo de Cooperação Técnica (TCC) entre Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), DPDF e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), chamado “Maria da Penha vai à escola”, que busca conscientizar a população ainda em formação. O Termo conta também com a presença de outros

atores sociais, como corpo docente, mães, pais e a sociedade como um todo. As palestras são ministradas por profissionais que atuam na área, como juízes, defensores públicos, promotores e operadores do Direito, além de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais.

Além disso, foi confeccionada uma Cartilha, chamada “Vamos Conversar?”, com a participação dos órgãos supracitados, além do governo do DF e da Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres). Esse material foi concebido para que a mulher que tenha contato com o mesmo, se identifique com algum personagem – ou pelo menos com a situação de violência – e assim possa buscar rede de proteção. O material foi todo feito em uma linguagem clara, capaz de ser compreendida por qualquer mulher, independente de questões de escolaridade, raça, religião, orientação sexual, classe socioeconômica ou idade.

Outro avanço, no âmbito das políticas públicas, foi a previsão de cirurgias plásticas reparadoras para mulheres vítimas de violência doméstica no Sistema Único de Saúde (SUS).

Ressalta-se, ainda, que o DF foi a segunda unidade da federação a receber a Casa da Mulher Brasileira (CMB), órgão estatal que apresenta, como proposta, a união de pesquisa e prestação de serviço, unindo diferentes instituições que militam pela mesma causa, sejam elas governamentais ou não governamentais. Infelizmente, o espaço está fechado desde abril de 2018, ora sem previsão de abertura, ora com previsão, mas sem data.

O governo do DF propagandeia que há outros espaços como esses e, embora se reconheça a importância dos mesmos, de fato, nenhum é comparável à CMB: primeiro, por não estarem preconizados pelas políticas públicas – o que os tornam serviços mais instáveis; e, segundo, que mesmo com suas semelhanças, têm carências, tendo em vista a falta de brinquedoteca, alojamento de passagem etc.

A violência doméstica se constitui assim, inegavelmente, como um fenômeno complexo. De acordo com Morin (2005, p. 13, grifo nosso):

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico.

Ao pontuar o fenômeno supracitado como complexo, deve-se conjecturar a inexistência de processos humanos advindos de causas diretas ou lineares. Há, por vez, um sistema complexo, configuracional e que não opera por causas externas à sua própria organização. Neste contexto, se encontra também a violência doméstica. Desse modo, no fenômeno da violência

doméstica, em sua complexidade, deve-se considerar a pessoa que sofre a violência, bem como aquela que a pratica.

Além disso, há, na legislação, um caráter punitivo, mas ainda é muito necessário avançar no caráter educativo. Para tanto, é necessário que as vítimas se reconheçam como tal, e que os ofensores reconheçam o caráter criminal dos seus atos. Em ambas as partes, é preciso considerar fatores que estão para além da dualidade entre interno e externo ou intrapsíquico e social.

De acordo com Schraiber *et al.* (2005), uma vez que a violência é criada a partir de um contexto sociocultural, é necessário examinar os aspectos relacionados aos comportamentos distintos entre os agentes envolvidos no conflito. Em grande parte dos casos, a violência contra a mulher apresenta-se de maneira multifacetada e gradativa, havendo incidência de mais de uma forma: patrimonial, moral, psicológica, física e sexual, podendo ocorrer – ou não – de forma cumulativa.

Isso posto, é preciso falar sobre a violência de gênero – expressão de relações desiguais entre homens e mulheres. Para contrapor, é necessário o empoderamento feminino, com componentes psicológicos, econômicos, políticos e cognitivos, que, para ser efetivo, deve ser coletivo, para enfrentar estruturas de poder presentes na sociedade, ou seja, redistribuir o poder. O papel de protagonismo é da mulher, e o dos agentes externos são de facilitar e dar suporte. O empoderamento é um processo político, que pode levar à liberdade de determinados grupos (MARINHO; GONÇALVES, 2019).

Para Rowlands (1995), são três as dimensões do processo de empoderamento: pessoal; dos relacionamentos/interpessoal (habilidades de negociar e influenciar nas negociações e tomadas de decisão); e coletiva (cooperação e envolvimento político).

Há mulheres que procuram ajuda, por meio das instituições públicas, para sair do ciclo de violência, mas, muitas vezes, se deparam com as limitações dos serviços e da legislação, tais quais: prescrição de prazos; registro do BO em circunscrições diferentes de onde o crime foi cometido; profissionais sem preparo, que muitas vezes desencorajam as vítimas a denunciarem; falta de apoio da família, entre outros.

Considera-se, assim, a existência de diversas barreiras encontradas ao longo da denúncia. Antes desta, há vergonha de assumir o papel de vítima da violência, que pode ser acompanhado pelo medo de “desestruturar a família” por motivo de desaprovação da mesma perante tal situação. De maneira geral, o registro da denúncia deve ser considerado um momento à parte: mesmo nas delegacias especializadas ainda não se considera a existência de uma estrutura ou profissionais preparados para acolher essas mulheres, o que, muitas vezes, implica em um atendimento frio e, por vezes, mal orientado.

Neste sentido, este estudo, desenvolvido com ênfase no âmbito público, busca dar suporte nas decisões da mulher, sejam elas quais forem, proporcionando meios para que a mesma possa tomar o controle da própria vida em mãos. Essas questões devem ser observadas com olhar mais apurado, pois há, ainda, a real possibilidade de aumento da violência, gerando risco de morte para a mulher ou para seus filhos.

De acordo com Cortez e Souza (2008), quando há disposição por parte da mulher para arriscar e buscar mudanças, rompem-se limites significativos impostos pelos valores tradicionais, fazendo valer alguns de seus direitos. Nesse sentido, ressalta-se a existência do empoderamento feminino (empowerment), que deve ser compreendido como abarcando duas dimensões: uma coletiva e outra individual. O empoderamento feminino implica o reconhecimento das restrições sociais às quais as mulheres violentadas são submetidas, juntamente com a percepção da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em que um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e em contextos mais específicos, ou individuais, tais como aumento e autonomia, reorganização do trabalho doméstico e da vida de maneira geral.

O conceito supracitado remete à necessidade de compreender o fenômeno da violência doméstica partindo de um ângulo que o apresente através da recursividade existente entre social e individual. Para isso, o presente estudo utiliza a Teoria da Subjetividade como modo de leitura do fenômeno em sua complexidade.

### **3.3 Teoria da Subjetividade e violência doméstica: compreendendo a complexidade do fenômeno**

No presente estudo, parto da Teoria da Subjetividade – proposta por González Rey (1997, 2003, 2007, 2011, 2012) – para compreender a violência doméstica enquanto fenômeno complexo e multidimensional. Parto, sobretudo, do reconhecimento da importância do social em recursividade com o individual, para pensar os processos humanos que estão inseridos no contexto histórico-cultural das mulheres que vivenciam a violência doméstica.

Relaciono, aqui, a Teoria da Subjetividade e o conceito de complexidade – ambos anteriormente citados: pode-se afirmar que a Teoria da Subjetividade é uma expressão da complexidade no campo da Psicologia, uma alternativa para compreender questões complexas numa perspectiva histórico-cultural (GONZÁLEZ REY, 2003). Ao pensar o fenômeno da violência doméstica dentro desse contexto, pode-se refletir sobre as particularidades dos

processos humanos, considerando a dinamicidade da recursividade existente entre as subjetividades individual e social.

De acordo com González Rey (2011, p. 30), “a subjetividade é definida não apenas como organização intrapsíquica individual, mas como produção diferenciada e simultânea de sentidos subjetivos em dois níveis estreitamente relacionados entre si: o individual e o social”.

Ainda sobre a conceituação da subjetividade, González Rey (2013, p. 28) afirma:

O termo subjetividade foi escolhido para designar os processos e formações simbólico-emocionais específicos da psique humana, que se organizam e desenvolvem de forma constante no curso da experiência em condições de cultura. Esses processos não são um reflexo do que acontecem ao redor da pessoa; é uma produção que se define nas ações e relações da pessoa como o que a rodeia; configuram-se subjetivamente nas configurações subjetivas da personalidade e integram sentidos subjetivos múltiplos que marcam a identidade subjetiva da pessoa.

Assim, pode-se dizer que a subjetividade individual se produz no processo decorrente da integração entre a história subjetiva individual e os processos de subjetivação decorrentes da ação social (GONZÁLEZ REY, 2005). Nesse contexto, há uma estreita relação entre as emoções e os processos simbólicos produzidos nos espaços sociais (GONZÁLEZ REY, 2012), que se integram numa nova qualidade que são os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas.

É preciso, portanto, considerar que não é essa experiência em si considerada a responsável pelos processos subjetivos, mas a capacidade da pessoa em produzir novos sentidos subjetivos que permitem o emergir de novas opções de subjetivação no decorrer de seus processos de vida (GONZÁLEZ REY, 2012).

Desse modo, para compreender a violência doméstica enquanto fenômeno que está configurado dentro de um contexto histórico-cultural, busquei abarcar, de modo integrado, como esses processos culturais, econômicos e sociais se articulam na subjetividade individual.

Ressalto, aqui, que a organização subjetiva da sociedade não determina, de forma direta, como cada mulher vivencia diretamente os processos relacionados à violência doméstica. Esse fato é ausente de causalidade e leva à compreensão dos processos de constituição subjetiva inseridos em ambas as instâncias da subjetividade – a social e a individual.

Sobre a subjetividade social, González Rey (2012, p. 148) ressalta:

A organização subjetiva de uma sociedade, sua subjetividade social, não é um reflexo de nenhum de seus sistemas constituintes, e sim uma produção que se nutre de todos os sistemas, processos e fatos que são parte daquela sociedade.

Esses se constituem em nível subjetivo como sentidos, modificando sua qualidade original com relação ao sistema de referência de que fazem parte e passando, na condição de sentido subjetivo, a ser parte da subjetividade social e da subjetividade individual dos sujeitos que atuam nos espaços dessa subjetividade social.

Percebe-se a subjetividade social como uma dimensão inseparável dos processos de saúde humana (GONZÁLEZ REY, 2006), levando à compreensão de que as formas de organização subjetivas sociais também interferem no desenvolvimento saudável das pessoas. Desse modo, ao pensar nos fatores de vida das mulheres que vivenciam a violência doméstica, pode-se questionar não somente o modo como o ato da violência é legitimada pela sociedade, mas como isso interfere no desenvolvimento das atividades diárias dos envolvidos no processo, ou como pode colaborar para a reincidência do ato de violência.

Nesse contexto, a compreensão das produções subjetivas individuais e sociais contempla a singularidade de cada caso, levando à reflexão sobre a sua circunstancialidade histórico-cultural. É possível perceber, então, que a complexidade dos processos humanos está para além dos próprios fenômenos considerados culturais e sociais (GONZÁLEZ REY, 2004, 2011). No percurso dessa relação – que ocorre entre o individual e o social –, encontra-se a possibilidade de emergência do sujeito.

De acordo com González Rey (2012, p. 80):

A pessoa se torna sujeito quando gera opções de subjetivação que entram em conflito, intencionalmente ou não, com os sistemas normativos hegemônicos do espaço social em que vive, gerando alternativas de sentido subjetivo que adquirem um caráter subversivo em relação à ordem hegemônica.

Ainda de acordo com González Rey (2007, p. 184), ser sujeito é “uma condição que se conquista de forma permanente no processo de ação e relações que acompanham um processo de subjetivação”.

Assim, a emergência do sujeito, nos diversos contextos, remete à capacidade de reflexão do ser humano, de pensar e agir para além daquilo que é institucionalizado pelo pensamento hegemônico dominante. Esses pensar e agir sempre aparecem configurados subjetivamente, sendo essa configuração subjetiva a responsável pela força motivacional desses processos (GONZÁLEZ REY, 2011).

A fim de investigar metodológica e epistemologicamente como a violência doméstica é sentida e percebida pelas mulheres que dela padecem, apresento, no próximo capítulo, a

Epistemologia Qualitativa e o método construtivo-interpretativo como meios de pesquisa do fenômeno.

## 4 MÉTODO

### 4.1 Método construtivo-interpretativo

A fim de alcançar a proposta da presente pesquisa e realizar um estudo do fenômeno da violência doméstica, partindo da perspectiva da Teoria da Subjetividade, de González Rey (2005), é necessário entrar nas formas mais complexas de expressão do participante de pesquisa e avançar na construção do conhecimento por vias indiretas e/ou implícitas do objeto de estudo. Para isso, foi utilizado o método construtivo-interpretativo, de González Rey (1997, 2005), que se apoia na Epistemologia Qualitativa.

González Rey (2005) propõe uma epistemologia diferenciada das formas de produção do conhecimento atuais, ao postular a Epistemologia Qualitativa, saindo assim do cunho positivista e hegemônico até então existentes em Psicologia.

González Rey (2002) afirma, ainda, a existência da predominância do imaginário positivista na investigação científica, ainda que a pesquisa qualitativa tenha avançado em questões relativas aos seus métodos.

É de grande interesse o fato de que, mesmo quando existe uma longa história de aproximação a formas qualitativas de construção do conhecimento em psicologia, estas não têm conduzido a uma elaboração explícita do tema nos campos epistemológicos e metodológicos, o que mostra a hegemonia das crenças e cosmovisões positivistas na pesquisa psicológica (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 23).

O modelo de pesquisa qualitativa apresenta ênfase na qualidade dos processos que são pesquisados, ressaltando a natureza da realidade que se constrói socialmente. Para que isso ocorra, a relação existente entre pesquisador e participante de pesquisa deve construir-se de modo íntimo, indo além das vias de aplicação de instrumentos e busca de dados para a realização de posterior análise e descrição (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Essa visão epistemológica, no campo da pesquisa qualitativa, apresenta o pesquisador como parte fundamental no processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, González Rey (2005, p. 3) afirma:

O desenvolvimento de uma posição reflexiva, que nos permita fundamentar e interrogar os princípios metodológicos, identificando seus limites e possibilidades, coloca-nos de fato diante da necessidade de abrir uma discussão epistemológica que nos possibilite transitar, com consciência

teórica, no interior dos limites e das contradições da pesquisa científica. Isso nos leva a romper com a consciência tranquila e passiva com a qual muitos pesquisadores se orientam no campo da pesquisa, apoiados no princípio de que pesquisar é aplicar uma sequência de instrumentos cuja informação se organiza, por sua vez, em uma série de procedimentos estatísticos sem precisar produzir uma só ideia.

A construção do conhecimento é baseada também na produção humana, no processo relacional e dialógico existente no campo de pesquisa. Sobre isso, González Rey (2013, p. 30) ressalta:

Construir teoricamente essa configuração é um processo complexo que vai implicar a capacidade do pesquisador de gerar significados capazes de integrar manifestações empíricas diversas que só se tornam inteligíveis frente ao significado organizado pelo pesquisador no curso da pesquisa.

Partindo dessa relação dinâmica – que é característica do campo empírico e do desenvolvimento da pesquisa –, é possível legitimar o singular que é gerador de expressão autêntica de suas produções subjetivas e que permite, através dessa relação com o pesquisador, que este último construa um novo modelo teórico (GONZÁLEZ REY, 2005).

Tem-se, então, no decorrer deste processo de produção do conhecimento, o diálogo como cerne da pesquisa, pois é a partir dele que as diferentes questões sociais ou individuais que configuram subjetivamente o participante são percebidas (GONZÁLEZ REY, 2005).

Partindo disso, apresento, mais adiante, os participantes, o espaço e o cenário social de pesquisa e os instrumentos que foram utilizados no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

## **4.2 O espaço da pesquisa**

A DPDF está presente em todos os fóruns do DF, e todos os núcleos estão capacitados juridicamente a fazer os atendimentos das vítimas de violência doméstica. Entretanto, no Fórum Leal Fagundes, há o Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), que presta assistência jurídica, integral e gratuita às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em razão do gênero, bem como promove a defesa de seus direitos e garante a elas acesso e respeito às garantias fundamentais. Por ser um Núcleo especializado, além do atendimento jurídico, há atendimento psicológico, com vistas não somente ao suporte, mas também acesso a informações – como por exemplo, cartilhas – e avaliação de risco, feita por meio de formulário utilizado por toda a rede de proteção para peticionar medidas protetivas de

urgência, bem como ao solicitar o fim das mesmas. Também podem ser realizadas visitas domiciliares às mulheres, com base em decisões técnicas, bem como confecção de relatórios para serem anexados a processos judiciais.

O núcleo tem sua criação fundamentada no elevado índice de violência contra a mulher. A Defensoria<sup>1</sup> presta assistência às mulheres vítimas de violência por meio de encaminhamentos a cursos de formação, com vistas a promover autonomia financeira, encaminhamentos para atendimento nos centros de referência, para assistir casos de maior vulnerabilidade social, e pela atuação nos processos de medidas protetivas nas varas de violência doméstica e familiar. Nos casos em que a mulher necessitar de outras medidas judiciais além da protetiva de urgência, como orientação jurídica e ajuizamento de ações de divórcio com partilha de bens, pedido de alimentos para ela e/ou para os filhos, indenização por dano moral, entre outras, ela pode entrar em contato com o Núcleo de Atendimento Jurídico (NAJ) e solicitar o atendimento com o defensor público.

### **4.3 Participantes e critério de seleção do caso**

Como Psicóloga da DPDF, procurei, para este estudo, trabalhar um recorte de público-alvo – dentre todas as mulheres assistidas – cujo modo de vida mais chamava minha atenção, enquanto pesquisadora. Tendo em vista que em uma pesquisa qualitativa, aos poucos, se determina quem será o sujeito da pesquisa, as mulheres escolhidas por mim, neste estudo, foram também as que eu conseguia perceber – como num momento de mudança – que poderiam melhor se beneficiar da minha intervenção.

Assim, os critérios de inclusão para a sua participação na pesquisa foram a disponibilidade, a aceitação e o interesse delas em participar, bem como apresentar idade entre 20 e 50 anos e ser de classe social média baixa.

Os critérios de exclusão na participação, por sua vez, foram a desistência dos atendimentos da DPDF, a indisponibilidade para sua participação na pesquisa, e a curatela e a conseqüente impossibilidade de a mulher em situação de violência doméstica responder legalmente por si.

Com isso, a pesquisa foi realizada com três mulheres que vivenciavam, à época, situação da violência doméstica e que estavam – ou ainda estão – sendo acompanhadas pela DPDF. É

---

<sup>1</sup> Cf. DISTRITO FEDERAL. Defensoria Pública. **O que é Defensoria Pública**. [Brasília, 2020]. Disponível em: [www.defensoria.df.gov.br/defensoria-publica-geral](http://www.defensoria.df.gov.br/defensoria-publica-geral).

importante ressaltar que as participantes assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) e, somente após o consentimento de sua participação, é que foram iniciadas as propostas de entrevista para o estudo.

Inicialmente, a proposta era de realizar atividades individuais e em grupo, contudo, em decorrência da pandemia da Covid-19, não foi possível realizar a visita domiciliar ou atendimentos em grupo, e somente, portanto, ligação telefônica e encontro em local previamente determinado entre as partes para conversar.

Ademais, ressalto que durante os atendimentos iniciais, nem eu e nem as participantes sabíamos como seria o próximo passo da pesquisa – no qual contaríamos com um atendimento presencial e complemento de frases. Dessa maneira, pelo fato de não haver registro de suas falas iniciais e sim somente registro de diário de campo, isso dificultou parte da transcrição literal de trechos ditos pelas participantes e, por consequência, sua transformação em citações. De qualquer forma, eles foram aproveitados e compuseram o presente estudo.

#### **4.4 A construção do cenário social de pesquisa**

As participantes foram convidadas a participar da pesquisa ao procurar atendimento na DPDF, visto que têm acompanhamento jurídico prestado pela instituição, e que comparecem sistematicamente ao fórum, para acompanhamento de suas demandas jurídicas. Elas poderão, ainda, ser convidadas a participarem de grupos focais sobre violência doméstica promovidos quinzenalmente no núcleo especializado, com a apresentação de filmes, debates etc.

#### **4.5 Instrumentos**

Os instrumentos são recursos que permitem ao outro expressar-se no contexto de relação dinâmica que caracteriza a pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005). O objetivo não é chegar diretamente nas conclusões, mas desenvolver hipóteses com apoio de elementos de informação, que se relacionam entre si por meio dos processos de construção e interpretação da informação. O pesquisador, dessa maneira, não é um relator passivo, mas um agente ativo na construção do mundo (BORTONI-RICARDO, 2008).

Sabe-se, assim, que os instrumentos de pesquisa adquirem um sentido interativo através dos diálogos suscitados entre participante e pesquisador. O sentido que um instrumento adquiriu

para o participante procede, ente outros fatores, do nível relacional no momento de aplicação do instrumento e no curso da pesquisa em geral. Sendo assim, o pesquisador é um sujeito participante, pois converte-se em sujeito durante o curso da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005).

Partindo da abordagem metodológica e epistemológica a ser utilizada nesta pesquisa, foi realizado um estudo de caso. Para isso, foram usados, como instrumentos, a dinâmica conversacional individual ou em grupo, o complemento de frases (Anexo B) e a visita domiciliar.

À época, previa-se a utilização, no decorrer da pesquisa, de outras ferramentas para realizá-la, de acordo com o que fosse construído em conjunto com as participantes da pesquisa, levando em consideração as necessidades que, porventura, surgissem no decorrer do seu desenvolvimento.

## 5 PARTICIPANTES

### 5.1 Talita

Falei com a Talita por telefone e, dois dias depois, em 16 de setembro de 2021, foi realizado com ela atendimento presencial, no qual assinou o TCLE e foi realizado o complemento de frases, durante a entrevista.

Talita tem 45 anos, é moradora de uma cidade conhecida por sua vulnerabilidade social e pratica a religião católica. Talita trabalha como estoquista numa conhecida feira da cidade, com renda de R\$ 1.200,00/mês. Tem uma irmã que mora perto, que é sua única rede de proteção.

A história de Talita poderia ser a história de outras tantas brasileiras que almejam emancipação financeira e constroem seus projetos de vida por meio da possibilidade de conciliar trabalho e família. Ela é nordestina, vem de uma família humilde do interior do Maranhão (MA), fato que acentua a dificuldade ainda maior em exercer atividade remunerada em sua cidade natal. Brasília – cidade onde reside atualmente – ainda é a capital dos sonhos para muitas pessoas em situação análoga, ainda mais quando se trata de mulheres.

Deixar a cidade de origem e depois retornar pode ser visto, em seu contexto histórico-cultural, como um fracasso, o que torna o caminho de volta ainda mais espinhoso. Durante a entrevista, ela diz: “*Lá eu tenho tudo, menos emprego, e aqui eu tenho emprego, mas falta tudo*”<sup>2</sup>. Essa fala mostra o quanto pode ser desconfortável, para a participante, voltar a uma situação de dependência total, mesmo estando numa dependência parcial e sem se perceber assim.

Voltando à cidade de origem, ela moraria na casa dos pais, e não teria que custear o aluguel – que atualmente custa exatamente metade de sua remuneração mensal. Além disso, moraria próximo aos filhos, o que aumentaria muito sua rede de apoio afetivo e facilitaria um aumento de sua autoestima, em especial enquanto figura materna, prejudicada esta pela alienação parental praticada pelo seu ex-marido.

---

<sup>2</sup> No presente capítulo, todo e qualquer trecho destacado em itálico se refere às falas das entrevistadas. Entretanto, para dar mais entendimento a elas, foram utilizadas as normas usuais de citação: quando superior a três linhas, está recuada; quando inferior a três linhas, está entre aspas; quando algum conteúdo foi inserido, ele está entre colchetes. Quando a pesquisadora responde, pergunta e/ou faz comentários à participante, durante o relato, ela é indicada em negrito, não tendo qualquer outro tipo de grifo em sua fala.

O pai de seus filhos cometeu alienação parental, como retaliação por ela ter pedido a separação, e os filhos se voltaram contra ela. Assim, ele não perderia a guarda, não lhe devia o provimento de alimentos, ou nada que pudesse representar prejuízo financeiro e social. Afinal, a construção social na qual o casal está inserido é permissivo com a traição masculina – como sequer estivesse errado, já que isso é tido como normal “dentro da norma”. Ela, sim, é considerada fora da norma, afinal “isso é coisa de homem”. Como poderia ela ser tão incompreensiva?!

No relacionamento aqui discutido como de situação de violência doméstica que ela vivenciou, ela o tinha há cinco meses quando na ocasião do início da vigência da Medida Protetiva. Tive acesso ao seu BO em 14 de setembro de 2021, registrado em dia 29 de novembro de 2020, no qual se relatam crimes como ameaça, lesão corporal, violência patrimonial, injúria, ameaça de morte, cárcere privado e, até mesmo, esganadura, em mais de um episódio. Em consulta ao processo judicial em 14 de fevereiro de 2022, visualiza-se que, na audiência, o ofensor foi encaminhado para um grupo reflexivo para homens. Talita abdicou de manter o processo criminal em curso. Em uma das falas, Talita afirma: *“Se era para vir para cá apanhar de um desconhecido, era melhor ter ficado lá [no MA], sendo traída, porque ao menos era o pai dos meus filhos”*.

A história de Talita resgata a dimensão processual da subjetividade, tal como apresentada, discutida e referenciada por González Rey (1997, 1999, 2003a *apud* MORI; GONZÁLEZ REY, 2012). “A subjetividade social e a individual são momentos diferentes de um sistema comum. Às duas instâncias da subjetividade são sistemas processuais em desenvolvimento permanente” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 145 *apud* MORI; GONZÁLEZ REY, 2012, p. 3).

No caso de Talita, é possível entender que os elementos de uma subjetividade social estão muito presentes quando ela tem, como referência, um projeto de vida associado a casamento e filhos, mas que, para ela, pessoalmente, não incluía ter que se sujeitar a ser traída pelo então marido. Ao se opor a esse elemento cultural – a traição masculina –, em especial na região nordeste do país, onde a cultura machista parece ainda mais dominante, a posição de esposa traída é normalizada, naturalizada e bem aceita socialmente. Ir contra esse sistema de naturalização faz com que ela se questione se não seria melhor aceitar e se entregar ao tal costume social, onde o homem pode trair. Não tendo aceitado, seu projeto de casamento, família e maternidade seguiu sem ela.

Parece que a história de Talita é marcada fortemente pela tensão da oposição dos contraditórios que precisa ser significada, movimento que configura uma dicotomia entre os

papéis de vítima e culpada. Vê-se que, ao mesmo tempo, ela é aquela que tinha tudo no MA, mas perdeu, e que esperou ganhar tudo ao ir para Brasília, mas quando chega, se torna vítima e perde. Talvez seja aí que resida a raiz daquilo que mais adiante será discutido, neste estudo, de forma reiterada – o sentimento de culpa.

Nesse aspecto, ainda, e considerando as dicotomias, entende-se que a ideia de sentido subjetivo deve ser resgatada aqui. Segundo a compreensão de González Rey (2011), sentido subjetivo é a produção subjetiva da experiência vivida, um mecanismo pelo qual a multiplicidade de elementos – tanto simbólicos quanto emocionais – são resgatados e complementam a compreensão cognitiva do que é vivido. Viver as dicotomias, para Talita, é presentificar os dilemas e contraditórios que preenchem o próprio viver, e a partir do qual vão sendo traçadas suas escolhas, buscas e decisões.

*Eu gostaria de ir para o Maranhão: tenho família, mas não tenho emprego; os filhos moram lá, com o pai deles. Quando estávamos juntos, tínhamos uma boa relação, mas hoje nem nos falamos, porque ele me traía bastante, e deixei de gostar dele, aí que quis separar. Aí, por conta disso, eu querer separar porque não estava feliz, ele colocou meus filhos contra mim, há 10 anos. Quando ligo falo só com os meninos. [Pesquisadora: Lá você tem tudo, menos o emprego. Aqui você tem emprego, mas [...] sente ter mais nada. Não dá para ter tudo: temos que pensar, priorizar o que é mais importante – que é sua segurança].*

A Talita mora de aluguel e, mesmo quando o ofensor ajuda a pagar a despesa, não se sente dependente dele. Quando retomou o relacionamento abusivo, a irmã ficou sem falar com ela, mas ela não acredita que isso pese em sua decisão em não voltar com o ofensor. Além disso, a irmã verbaliza que quer, além da Medida Protetiva de Urgência (MPU), a prisão do ofensor, pois considera que sua vida está em perigo com a soltura do mesmo. Além disso, a irmã fala que ele tem que aprender e, como muitas mulheres vítimas de violência doméstica – e suas respectivas famílias –, a irmã acredita não só no poder punitivo da lei, mas também em seu caráter pedagógico, ou seja, deve-se “ensinar” aos ofensores que eles não podem fazer tudo o que querem, e que eles têm limites – inclusive legais – para suas ações.

Talita diz, durante a entrevista:

*Estou melhor que ontem, me sinto mais leve, pode ser que eu esteja em perigo, mas, mesmo assim, estou me sentindo melhor. O Roberto tem dois filhos, sendo que um deles tem Síndrome de Down; ele, perdendo o emprego, não paga a pensão alimentícia para o filho, que precisa muito.*

Esse ponto, que parece não ser tão preocupante para ela, chama a atenção em função do seu ofício: o ofensor tem acesso à arma de fogo, visto que é vigilante patrimonial. No questionário de avaliação de risco, usado por todos os órgãos da rede de atendimento à mulher, tal fato configura-se como alta vulnerabilidade e, segundo a Lei Maria da Penha, a incidência de MPU faz com que o portador de arma de fogo seja proibido de laborar com a mesma.

Talita aparenta ser boa no papel de madrasta, e isso não é por acaso: parece que isso pode amenizar o papel de mãe mal cumprido, segundo a percepção da participante. A alienação parental, praticada por seu ex-marido, com respeito aos seus filhos, desperta em Talita uma necessidade maior de acertar com relação ao cuidado com os filhos do que culturalmente a maior parte das mulheres já tem. Ao que parece, Talita levou isso também para seu relacionamento com o ofensor, que, embora não pareça se preocupar com as consequências de suas atitudes criminosas, tem em Talita um lado racional e humano, não somente para si e para seu ofensor, mas para todos que a cercam, com cuidado especial para a criança com Síndrome de Down.

*Todos esperam que eu não volte para ele, isso é fato, minha família não me perdoaria. A primeira vez que eu voltei com ele depois da agressão, minha irmã ficou sem falar comigo. Hoje entendo por que tem muita gente que fica num relacionamento assim. Com certeza, se eu voltasse com ele, todos virariam as costas para mim. Ninguém ia me querer com ele.*

Quando Talita terminou o relacionamento e reatou, parece que dois sentimentos aparecem: o medo da violência e o medo da instabilidade financeira, já que ele ajudava a pagar as contas, inclusive o aluguel.

*“Ele ameaçava que se ele fosse preso, ele não ia demorar lá, e quando saísse ele ia matar. Falou na frente da minha irmã, e mesmo tendo bebido, ele nunca sai de si, ele não muda o comportamento. Quem não o conhece, não é capaz de dizer que ele bebeu”.*

A MPU vigente só foi concedida depois do terceiro BO. Ele havia ficado com o cartão de débito dela – algo que se configura como violência patrimonial – e, na ocasião, devolveu apenas uma chave da casa dela, dizendo não saber da outra. No entanto, a polícia encontrou a chave dentro do tênis dele, na ocasião da revista. Na delegacia, ele disse que só falaria em juízo. Em duas ocasiões, relatou tentativa de enforcamento.

O ofensor ficou sete dias preso devido à quebra da Medida Protetiva vigente, na ocasião, tendo saído no dia anterior ao atendimento. Talita soube da prisão e da soltura do ofensor com antecedência por meio do defensor que cuidava da defesa do ofensor.

Ela relata que era feliz antes de conhecer o ofensor, mas agora tem dúvidas se um dia vai conseguir ser feliz novamente – como se a não ascensão financeira dificultasse ainda mais o retorno para suas origens.

Com dois encontros, o ofensor reclamou da foto de perfil dela, porque estava usando aliança. Pelo fato de ainda não terem um relacionamento, ela entendeu que aquilo não era necessário, e não mudou a foto do perfil, mas se culpa por não ter pensado: “*se com dois encontros ele se queixou da minha foto, lógico que eu ia ter problemas. Ali já foi um sinal de que não ia dá certo*”.

Ter a chave da casa dela e reter o seu cartão de débito são formas de violência patrimonial recorrentes no contexto histórico-cultural no qual o Brasil está inserido e, para alguém que foi à busca de emancipação financeira, o ofensor pode se mostrar ainda mais violento se em comparação a um caso em que a pessoa considera ter independência financeira.

Quando ela compara a traição, seguida de alienação parental com a violência física e patrimonial sofrida, fica aparente a internalização de um lugar de subjugação, fato observado e transformado em um sentimento de culpa que se observa ao longo de toda a dinâmica conversacional. Se fosse ela a traidora, a aceitação cultural não seria naturalizada, nem pelo marido, tampouco por suas respectivas famílias, a tal ponto de parecer uma visão determinista de traição por parte do homem, que chega a ser lido como errado a mulher não compreender a necessidade masculina – como se Talita pleitear reciprocidade de respeito no relacionamento fosse uma aspiração que vai além do tido como normal.

Sobre a abertura para receber o suporte psicológico pela DPDF, e saber que precisa de suporte psicoterápico, Talita diz:

*Se eu [...] conversar com ninguém, eu choro, e fico melhor. Quando converso com alguém, geralmente não choro, mas não fico tão bem como quando eu choro. É bom conversar com alguém que entende, e não com uma amiga que só concorde comigo, isso eu também não quero. Me sinto bem conversando com o Defensor Público, e agora com você. Eu quero que a pessoa me entenda e me explique. Você me falou de um jeito diferente. [Pesquisadora: Entendo que só quem sabe o que é melhor para você, é você mesma. Vamos dar suporte a você, independente da sua decisão]. Por isso que tem muita gente que não entende, a pessoa, às vezes, não volta porque quer, porque gosta, não... Tem muitas situações que fazem a pessoa voltar. Hoje eu entendo, por que tem muitas mulheres que vivem num relacionamento assim. É por falta de apoio. Hoje eu não julgo, mas eu também já julguei, não vou mentir. Hoje eu sei, porque eu já passei, e hoje entendo por que tem muita gente que fica num relacionamento assim.*

Para Talita, o sentimento de isolamento é muito presente: ela é do MA e só cita duas pessoas em sua rede de apoio, que seria uma irmã que mora próxima e uma sobrinha que mora em outra Região Administrativa de Brasília. Com a irmã, desenvolveu uma relação de obediência e relativa dependência financeira, já que antes do ofensor ajudar nas despesas do aluguel, essa irmã o fazia. A sobrinha também está na rede de apoio de Talita, sendo uma referência de afeto mais próxima e que, de forma esporádica, oferece suporte emocional a ela.

Parece que a culpa é mais um sentimento que justifica as ações de Talita: o sentir-se culpada é justificativa para se manter subjugada; Talita expressava muita preocupação com as consequências da denúncia/prisão de seu ofensor.

Diante disso, me indaguei e comecei a buscar e reconhecer os motivos que as levam a se ver como culpadas, e não como vítimas. Aqui, aparece uma inversão de papéis: ela gosta de se divertir, mas se priva, para que o ofensor faça o que achar melhor, por entender que ela é a culpada por estar ali. Isso me parece muito marcante pelo fato de o ofensor ter encontrado ela em um bar, quando a MPU já estava vigente, resultando em sua prisão.

Percebi que a participante trazia elementos de culpa muito vinculados ao resgate dos elementos de escolha do parceiro: *“dali, eu já tinha que ter visto que não ia dar certo”*. Isso se dá pelo fato de, mesmo tendo percebido no parceiro características de uma pessoa tóxica, não conseguiu impedir o início do relacionamento.

Essa situação me faz perceber que é um comportamento recorrente da participante se colocar num lugar de incapaz, de vítima e como alguém que tem que se submeter ao desejo do outro – seja num relacionamento estável ou de alguém que acabou de conhecer. Como disse num dos relatos: era melhor ter ficado com o marido, já que ao menos era o pai dos filhos, a ficar com o agressor.

A consciência de estar num relacionamento abusivo torna a culpa ainda mais latente, ou seja, quando se percebe o outro ator social que participa do mesmo contexto, como por exemplo, as pessoas da família e vizinhos. A denúncia inicial foi realizada por Talita, se dizendo influenciada por uma amiga, que se preocupava com sua segurança, uma vez que o ofensor fazia ameaças de morte – o que foi citado no BO. Decorrente dessa denúncia, recaiu sobre o ofensor a obrigação de distanciamento, como medida de proteção para a Talita. No entanto, foi descumprida a MPU, e essa situação fez com que o ofensor fosse preso por uma semana.

A pedido do Defensor que cuidava do processo judicial do ofensor, Talita foi encaminhada para atendimento psicossocial e, desde o início, relatou preocupação extremada com a manutenção da prisão do ofensor. Pode-se perceber, então, que mais uma vez o sentimento de culpa justifica a manutenção de uma situação de violência. Quando o assunto

culpa emerge no atendimento, a participante menciona seu esforço para seguir em frente com sua vida sem esse sentimento, tão presente em sua fala: *“preciso tirar essa culpa da minha mente, do meu pensamento, do meu coração”*.

Trazer definições de processos simbólicos e lembrar que, no caso de Talita, a violência doméstica se configura a partir de uma rede de significação que tem como elementos família, filhos, casamento, conjugalidade, traição, permissividade, culpa e responsabilidade.

## 5.2 Poly

Atendi a Poly por ligação em 22 de julho de 2021, pela qual ela me relatou que, na semana corrente, estava cobrindo a ausência de uma colega no trabalho. Recebi então a demanda para atendê-la e realizei o atendimento por ligação, em 19 de outubro de 2021. Em 27 de outubro de 2021, depois da audiência de justificação, ela aceitou participar da pesquisa, sendo realizado o atendimento presencial, onde assinou o TCLE e fizemos uso do complemento de frases para a entrevista.

Poly tem 28 anos, é moradora de uma Região Administrativa de Brasília conhecida por alta vulnerabilidade social e pratica a religião evangélica. Ela trabalha como monitora de creche, com renda de R\$ 1.200,00/mês. Apesar de ser um trabalho temporário, ela tem expectativas de efetivação. Além disso, faz um curso técnico em enfermagem, um projeto antigo adiado várias vezes por vontade do ofensor, que sempre criou barreiras para que ela não tivesse qualificação profissional.

Está casada com o ofensor há cerca de oito anos, sendo que o casal tem dois filhos em comum, de 2 e 7 anos de idade. Além disso, é mãe de uma criança de 11 anos, de um relacionamento anterior. Relata que os dois filhos mais velhos compreendem o que acontece na casa e sempre falam que ela deveria se separar. Já estava decidida a terminar a relação, quando ficou grávida do filho mais novo. O ofensor também tem um filho de um relacionamento anterior à Poly, o qual tem 13 anos. Esse filho fica, com certa frequência, uns dias com o pai, mas fica de fato sob os cuidados de Poly, que já tem três filhos sob seus cuidados.

O BO que deu início à sua MPU relata, como motivação de seu relato, os crimes de difamação e injúria, previstos estes na tipificação da Lei Maria da Penha. O relacionamento já vinha sofrendo importantes desgastes há algum tempo, mas, mesmo em sofrimento, Poly não havia se mobilizado para parar seu ofensor, sendo que ela só atingiu seu limite quando os filhos começaram a replicar as palavras ofensivas do pai, em especial o filho de dois anos, que mesmo

sem saber o significado ofensivo daquelas palavras, acabava por repetir, tamanha a frequência que ouvia de seu pai aquelas palavras proferidas para sua mãe.

Ele ameaçava tomar a casa dela, caso levasse adiante o desejo de trabalhar e estudar. Em um momento anterior, ele a forçou a sair da igreja que ambos frequentavam, por conta de ciúmes. Chegou a fazer ameaças a um amigo de Poly, que é líder dessa igreja. Ela acredita que a ameaça se deveu ao fato de o amigo incentivar a autonomia financeira e emocional dela, e dos ciúmes que ele sentia de qualquer pessoa que dela se aproximasse.

A sensação de ser humilhada publicamente, visto que, como evangélica, trair é algo que não está em seu código de ética, também influenciou sobremaneira sua decisão de parar seu ofensor. Duvidar de sua palavra é algo igualmente grave, uma vez que ela não tem o comportamento de mentir: não entende como pode ser posta à prova sua palavra. Além disso, Poly ficou inconformada com a acusação feita a seu amigo, pois, além de injusta, também poderia prejudicar a reputação do mesmo junto à comunidade onde congregam.

Parece que, para Poly, enquanto o ofensor trazia prejuízos somente a ela, não havia problemas, no entanto, quando começou a envolver outras pessoas, passou para a condição de inaceitável. Sentiu que seus filhos pudessem crescer com os valores deturpados por uma educação equivocada e, ainda, sentiu que outra pessoa ter a reputação arranhada por uma inverdade não pode acontecer por sua omissão.

*Eu falei para um líder e também amigo meu [da igreja] e disse que eu ia me afastar porque estava me separando. Ele disse que queria me dá um abraço. Ele foi ameaçar esse rapaz, foi uma coisa doida. Fiquei pensando, será que fui eu quem causou isso? Eu tenho no celular... o celular descarregou. Eu tenho a prova aqui... [Pesquisadora: Para mim, você não precisa provar ou mostrar nada. Sua palavra sempre será o suficiente, e a visão que você tem dos acontecimentos é o que mais me importa].*

Houve um episódio onde seu ofensor jogou todas as suas roupas pelo chão da casa, ordenando que ela fosse embora da casa. Nesse dia, dormiu com seus filhos na casa de sua mãe. Não bastando, o ofensor pegou um trabalho de seu curso de técnico em enfermagem, e o rasgou. Naquele momento, seu ofensor não destruiu somente seu trabalho: simbolicamente, ele destruiu um sonho – ele disse que ela não era capaz. Como refazer um trabalho depois desse episódio de violência? Teria Poly condições psicológicas de continuar? Depois disso, mesmo tendo saído de casa, continuou perseguindo Poly.

Essa não aceitação do companheiro de Poly, mantendo uma conduta de posse, remete ao que dizem Mori e Abdalla (2021, p. 4):

O indivíduo está envolvido permanentemente em suas ações que, ao mesmo tempo, são produções subjetivas. Ele não é refém de sua subjetividade podendo tornar-se sujeito dela o que determina um processo ativo na tomada de medidas que são fontes geradoras de sentidos subjetivos. Assim, emergir como sujeito é parte essencial da mudança de configurações dominantes no modo de viver uma experiência.

Esse trecho faz “cair por terra” a justificativa que alguns ofensores usam para suas agressões, como: “ela me tirou do sério” ou “ela me fez fazer isso”.

Em 27 de outubro de 2021, quando no atendimento presencial com ela, Poly relatou que o ofensor estava cumprindo a MPU. Disse também que não estava com medo, que estava se sentindo segura, que só encontrou o ofensor uma vez e acredita que por acaso, visto se tratar de uma cidade pequena, cujos lugares frequentados por ambos enquanto casal permanecem os mesmos. Em consulta ao processo judicial em 14 de setembro de 2022, vi que, na audiência, o ofensor foi encaminhado para um grupo reflexivo para homens.

Poly mora em casa própria, porém, o ofensor está sempre ameaçando tirar a casa dela. Ela foi informada que a Defensoria Pública cuidará do seu processo de separação, inclusive sobre a propriedade da casa, guarda, pensão dos filhos etc. Ela, de fato, acreditava no ofensor, quando ele ameaçava a deixar com nada. Seu semblante, durante a entrevista, mudou quando soube que, legalmente, isso não é possível.

Quando indagada sobre sua lição de vida, ela cita como exemplo sua mãe: *“Minha mãe. Trabalhava como doméstica, me criou sozinha, e conseguiu se formar em Direito”*. Poly diz que sua mãe foi deixada por seu pai quando ela era criança. Até então, ela fazia faxina para criar seus filhos e, ainda assim, conseguiu se formar em Direito. Sua mãe, diz Poly, sempre a incentivou a criar uma independência financeira.

Além do medo, questões financeiras também contribuíram para que ela se mantivesse no relacionamento abusivo. Mesmo na contramão da maior parte dos brasileiros – e porque não dizer do mundo –, a condição financeira começou a melhorar com o início da pandemia, visto que ela foi contemplada com auxílios do governo. Paralelo a isso, começou a trabalhar informalmente. Isso permitiu que ela começasse a adquirir/trocar objetos da casa, como máquina de lavar, por exemplo. Em uma família que tem três filhos pequenos, esse “conforto” permitiu a ela não só melhorar sua qualidade de vida, mas também a ter tempo para retomar um antigo sonho: voltar a estudar.

*Aparece que esperam que eu consiga vencer. A minha autoexpectativa é a mais importante. Eu só quero continuar bem, na verdade, até melhor. Espero não fraquejar, não voltar para onde eu estava. Eu pensei nisso esses dias. Eu não tenho sentimentos... quando uma pessoa tem sentimento, quer voltar para aquela situação, fraquejar é imaginar que eu estava melhor.*

Outro ponto que chama a atenção, de modo preocupante, é que seu ofensor é Caçador, Atirador e Colecionador (CAC) de arma e, portanto, tem acesso à arma de fogo, inclusive, tem, como hobby, treinar tiro em stand nos finais de semana: com uma condição financeira razoável – dado o contexto do local onde vive –, o ofensor preferia praticar tiro esportivo como lazer – algo que não custa pouco dinheiro – a proporcionar algum conforto à sua família, que não tinha.

Parece que Poly tinha todo seu tempo preenchido por tarefas domésticas, justamente para não ter oportunidade de estudar ou ter atividade laborativa remunerada. Parece que o intuito do ofensor era sempre mostrar a ela que ela não seria capaz de acrescentar algo à sua rotina, ainda mais uma atividade remunerada, ou um estudo. Assim, a dependência de Poly fica ainda maior, o que confere cada vez mais poder ao seu ofensor. Nos poucos momentos livres que restavam, ela estava sempre tão cansada que não tinha desejo de atividades sociais, culturais ou de entretenimento – queria somente o descanso do corpo. Dessa maneira, tudo caminhava para a manutenção cada vez mais acentuada do comportamento de ambos, já que ela sequer tinha a oportunidade de se questionar o quão aquilo era errado.

O machismo estrutural fica bastante evidente: seu papel enquanto mulher, esposa e mãe; e o papel dele resumido a provedor – e ainda mal desempenhado –, assim como seu poder sobre sua esposa e filhos – sobre como a casa deve funcionar, quais são as prioridades, enfim, tudo sobre seu poder e controle. Além da questão de poder, nem que seja de forma indireta, vale ressaltar o fato de ter a posse de uma arma, que, de forma simbólica, lhe confere poder de vida e de morte sobre as outras pessoas.

Como citam Mori e Abdalla (2021, p. 5):

[...] entender a subjetividade social e seus processos no contexto da conjugalidade está para além de recodificar as mensagens trazidas, através do seu sistema conversacional e de centrar-se no problema e seus sintomas. Os sintomas são indissociáveis de uma história de vida e de um conjunto de relações nos diversos âmbitos que os indivíduos participam.

Sobre a abertura que a mulher tem para aceitar o suporte psicológico, e saber que precisa de suporte psicoterápico, Talita diz que já fez acompanhamento psicológico na própria Igreja, com uma voluntária. Mas o sentimento que permeia várias falas de Poly parece ser o medo de ser julgada: aparentemente, estar em uma igreja evangélica, potencializa seu medo de ser

julgada por todos, mas em especial por seus pares, e por isso sabe que uma ajuda profissional seria mais adequada. Por outro lado, um ponto positivo observado quanto a isso foi que, embora haja igrejas/religiões contrárias ao trabalho de técnicos – como o de psicólogos e psiquiatras –, felizmente tantas outras entendem a necessidade dessa atuação, que não deve ser excluído num contexto religioso.

Ao mesmo tempo, o conhecimento técnico não pode ignorar a fé, visto que são vários os estudos que mostram que pessoas que praticam alguma religião, independente de qual seja, podem construir processos subjetivos valorosos para o enfrentamento de situações difíceis. Não é sobre não ter problemas, mas sim como lidar com eles com diminuição de danos.

Talita diz: “*Continuo frequentando a mesma igreja, já que por conta da Medida Protetiva, ele passou a ir a outra igreja*”. Ela conta com o apoio do pastor, que, certa vez, chegou a emprestar dinheiro para que ela comprasse um remédio para um dos filhos, que ficou doente de repente.

Ao contar sua história em uma rede social, além de ter recebido apoio, ouviu perguntas de como agir em caso de violência doméstica. Conversamos sobre a possibilidade de ela ser uma multiplicadora de informação, e futuramente poder ajudar outras mulheres na mesma situação. Parece que esse fato deu a ela a dimensão do quanto ela pode ser útil à sociedade, em especial a outras mulheres vítimas de violência doméstica. Isso pode ser potencializado pelo fato de se denominar evangélica, e ter apoio do pastor e de vários membros da igreja. Isso pode sinalizar melhor, inclusive, para outras mulheres com essas características em comum – como tantas outras – que elas serão acolhidas e não julgadas.

Por isso sua fala de que, quando tem dúvidas:

*Difícilmente procuro alguém para falar, prefiro pensar muito. Penso muito, e ao invés de procurar ajuda, eu penso muito. [Pesquisadora: E qual o porquê de não procurar ajuda?] Porque, às vezes, as pessoas não entendem, né? [Pesquisadora: Não posso afirmar, mas posso te convidar a refletir, se não seria pelo seu histórico de se sentir julgada. Levar uma dúvida para outra pessoa pode ser um espaço suscetível a julgamento]. Sim! É isso mesmo! Tenho uma certa resistência, e é basicamente isso mesmo! [Pesquisadora: Talvez existam pessoas próximas a você, que podem te beneficiar com seu conhecimento, com sua sabedoria. Mas se forem pessoas para te julgar, não precisa].*

Nesse momento, aparentemente, Poly teme a exposição do julgamento de terceiros, ao buscar sanar suas dúvidas. Percebe-se que, até o suporte psicológico ofertado pela Igreja a deixa, em alguma medida, presa a esse julgamento, ainda que de forma inconsciente.

Outro sentimento que Poly traz, em sua fala, referente a diversos momentos, é o medo, em especial o de não conseguir fazer tantas coisas ao mesmo tempo. Na verdade, percebe-se que esse medo não é dela, já que, como exemplo, cita sua mãe, a qual, em sua percepção, deu conta de tudo. Parece que esse medo foi construído por seu ofensor cotidianamente, para que assim houvesse uma supervalorização no papel dele, que sempre foi insuficiente. Para um companheiro com perfil tão machista, ao menos ser o provedor da família deveria ser feito com mais esmero e, ao que parece, seu comportamento sovino não o deixava exercer bem sequer essa função. A questioneei: “por que você tem medo de não dar conta? Você já está dando conta, e muito bem!”

Ela sorri, como quem concorda e se maravilha com o entendimento. Na sequência, ela diz: “*Gosto muito de me divertir, de dançar, de cantar, de comer, e de conversar. Ele me culpa tanto que, no último fato, eu emagreci 20 quilos. Era nítido, todo mundo sabia que eu estava [passando] por algo, mas ninguém sabia o que era*”.

Para uma pessoa que diz gostar de comer, perder 20 quilos parece ser algo como dizer que faz nada do que gosta. Trata-se de uma mulher muito magra, mesmo considerando o padrão de magreza imposto pela sociedade na atualidade. Antes do relacionamento, Poly praticava artes maciais, e algumas das amigas da época hoje são profissionais. Percebe-se que, quando essa fala emerge, o sentimento de que também poderia estar nesse lugar de destaque e reconhecimento social vem à tona, tornando o prejuízo emocional ainda mais evidente.

Poly vê o ofensor como alguém extremamente manipulador, mas guarda em seu comportamento grande sutileza. Ela diz que, quando se percebe, já está agindo de acordo com o desejo dele, porém, de uma forma quase imperceptível a ela, e ainda mais às outras pessoas do convívio do casal.

Nos raros momentos em que não estava exercendo atividades do lar, o ofensor questionava: “só vive vendo série, não sei como aguenta”. Assim, ela sentia desvalorizado o trabalho doméstico, como cada vez mais dependente dele, e ainda via seu sonho de estudar cada vez mais distante.

Ainda assim, estar separada, e conseguindo trabalhar, estudar e cuidar de sua casa e de seus filhos são coisas que fazem com que Poly se perceba mais feliz. Ela relata que as pessoas do seu convívio percebem isso, e chegam a comentar com ela sobre essa percepção.

Apesar de ver a luz no fim do túnel, também na fala de Poly aparece a culpa, tão comum na fala de mulheres vítimas de violência doméstica: “*Eu não soube escolher. Deveria ter escolhido um pai melhor para meus filhos*”. Por outro lado, consegue fazer uma meia culpa

quando fala que quase não namorou, casou-se muito jovem, como se a culpa pudesse ser não somente atribuída à sua má escolha, mas também à sua pouca idade e vivência.

Mesmo imersa em tantas questões, ela sabe da importância dos valores na criação dos filhos, e uma grande preocupação aparece: os três são homens. Com seu relacionamento, ela aprendeu que tipo de homem ela não quer para si e para o mundo. Por isso, se sentiu tão afrontada quando pediu a um dos filhos para que lavasse copos:

*Posso ter sido radical, não é assim que eu quero criar os meus filhos, não quero criar homens assim. Mesmo não tendo tanta condição financeira, a gente não precisa disso para ter valores, mas eu mandei ele lavar os copos e ele disse ‘por que? Eu não sou mulher’. Eu penso que começa assim, porque era muito sutil, e depois foi aumentando.*

Quando foi questionada sobre o que ela espera (espero que eu...), em seu complemento de frases, traz um medo muito comum em seu contexto histórico-cultural: “[Eu espero] *não ficar sozinha para sempre, porque isso é assustador.* [Pesquisadora: Eu também espero, mas se precisar, você vai ficar bem. Eu te convido a pensar se você não estava só, mesmo estando com ele]. *Eu acho que por isso que eu aceitei também tanta coisa*”.

Em nossa sociedade, uma mulher que não tem um homem ao seu lado pode, ainda hoje, ser tida como alguém que fracassou. É como se somente um homem pudesse legitimar sua existência, seja para levar um carro à manutenção, seja para dizer um “não” quando convidada a dançar. A ausência de uma figura masculina pode ser interpretada pelos outros homens como um sinal de permissibilidade, como se o “não” dela não fosse possível por si só, mas somente pela presença de outro homem, esse sim, com poder de veto, sob pena de reações violentas, inclusive com duelos físicos.

O medo de Poly, como o de tantas outras mulheres, de estar sozinha, pode fazer com que mais frequentemente se sujeitem à violência doméstica, sob pena do famoso ditado: ruim com ele, pior sem ele. Como se até mesmo sua respeitabilidade estivesse sendo colocada em xeque a cada decisão a ser tomada, se esta tiver que ser legitimada apenas por seu desejo. Ainda há de se considerar o fato de o primeiro filho ser de outro pai: socialmente, isso pode denegrir a imagem da mulher, ou pelo menos algumas mulheres se olham assim, e olham as outras de igual forma – sem empatia ou sororidade.

Enquanto isso acontece, o machismo ganha, porque as mulheres se rivalizam enquanto os homens se acobertam, mesmo que com outros que não sejam muitos próximos de si. Fazer a desconstrução do contexto sociocultural descrito pode ser uma das chaves para quebrar as

fortes bases que a violência doméstica encontra para seguir firme. Por isso, a educação pode ser vista como um bom alicerce para tal desconstrução histórico-cultural.

### 5.3 Joana

Na ocasião do convite para ser participante da pesquisa, Joana relatou ter bastante interesse em participar, mas se via impossibilitada, já que o horário de funcionamento do local onde faríamos o atendimento e de sua loja coincidiam. Quando o expediente finda, ela tem que ir para casa para cuidar de seus filhos, tarefas domésticas etc. Foi quando ofereci para ela a possibilidade que nosso encontro se desse em um café, ou em algum estabelecimento comercial próximo à sua casa/trabalho, e fora do horário de expediente, para que não trouxesse qualquer tipo de prejuízo a ela. Minha proposta foi prontamente aceita por Joana, que se mostrou agradecida pela flexibilidade.

A possibilidade de usar um setting alternativo que melhor atendesse à disponibilidade de Joana e à minha se inspira nas prerrogativas da clínica peripatética, discutida por Lancetti (2011) como uma estratégia de diálogo qualificado em que se possa passear, ir e vir conversando. Essa forma, mais flexível, abre possibilidades de aproximação e interação, desengessando o modo clássico habitual de contato em pesquisa.

Essa possibilidade leva à reflexão sobre as formas de emersão subjetiva nos espaços de tensão produzidos pelos diálogos e, conforme González Rey (2007, p. 58):

[...] condições reflexiva, crítica e assumida ante os múltiplos contextos da vida implicam a responsabilidade que tem o sujeito com sua capacidade autoral na modificação das tramas sociais com as quais interage. Nessa perspectiva, ele não responde linearmente aos fatos do cotidiano e, tampouco, são suas características físicas, sociais, culturais e psicológicas as determinantes geradoras de uma classe de respostas frente aos cenários da vida.

Há de se observar que, fazer a intervenção e o complemento de frases em local aberto, exige uma série de cuidados e observações extras: prejudica a acústica da gravação – interferindo na qualidade do áudio; é preciso um maior cuidado com o tipo de questionamento a ser feito e até mesmo quando o participante for responder, a fim de preservar a confidencialidade da intervenção; o horário de atendimento do estabelecimento, considerando que talvez não esteja aberto por tempo suficiente para prosseguir com a entrevista. Neste caso, por exemplo, o local foi sugerido por Joana, em um horário escolhido por ela para depois do

seu expediente de trabalho. A sugestão foi prontamente aceita por mim, inclusive, já conhecia o local.

Importante ressaltar que, quando ainda não havia formalizado para Joana o convite para que ela participasse de minha pesquisa, foi feito atendimento via contato telefônico, visto que foi quando a Covid-19 constituía ameaça, e a maior parte dos atendimentos se dava na modalidade remota. Conduzi, então, esse atendimento de forma remota em outubro de 2021, e, em 03 de novembro de 2021, foi realizado o atendimento presencial, quando a participante assinou o TCLE e fizemos uso do complemento de frases para a entrevista.

Joana tem 41 anos, é moradora do Plano Piloto, é evangélica e possui ensino médio. Quando registrou o BO, estava há aproximadamente 12 anos no relacionamento. O casal tem dois filhos: uma menina de 11 anos e um menino de 9 anos.

Sua família, que mora no Pará (PA), não sabe que ela vive num relacionamento abusivo. Ela atua como empresária, e tem uma loja de colchões próxima à sua casa, não tendo se sentido confortável para falar sobre seu rendimento mensal. Como ela é a responsável pelo seu comércio, se sente muito presa a ele, principalmente com relação ao tempo. Porém, um de seus filhos tem um grave problema de saúde: demanda várias consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, o que exige frequentes deslocamentos e acompanhamentos.

O ofensor, por outro lado, tem maior disponibilidade de tempo, já que responde mais pela logística das entregas da loja. Ela relata que ele tem mais paciência com os filhos e que cuidar deles é a única coisa que ela reconhece que ele faz muito bem, inclusive melhor que ela. Contudo, mesmo sabendo que o ofensor desempenha bem o seu papel paterno, deixando-a despreocupada com os filhos e, assim, consegue se dedicar melhor ao trabalho, ela parece ser o pilar principal que a mantém na relação.

O episódio de violência desencadeador da ação judicial, em tela, foi quando ele deu um soco em sua face, e ela caiu no chão inconsciente, deixando-a em situação indefensável, e só foi interrompida com o acionamento da força policial pelos amigos que estavam presentes quando da ocorrência, tendo fugido antes que a mesma chegasse. Porém, quando a polícia foi embora, ele retornou, tendo sido impedido pelos amigos de agredi-la novamente.

A assistida foi encaminhada para atendimento psicossocial logo após ter ocorrido a audiência do processo criminal. Os registros do atendimento que iniciaram o mesmo foram feitos por fotos, ainda na delegacia, e a gravidade das agressões fica evidente na leitura do BO, além do comportamento de total indiferença por parte do ofensor. O BO, registrado em 03 de novembro de 2019, tem como crimes injúria e lesão corporal que, se ocorrendo no âmbito da Lei Maria da Penha, tornam-se qualificadores e agravante do crime.

A participante Joana apresenta uma situação de contato com a violência doméstica de forma muito peculiar: se, de um lado, possui muita clareza e compreensão de como está enredada num relacionamento abusivo e tóxico, de outro lado, mantém uma dinâmica de relacionamento que sustenta a relação; ao mesmo tempo em que ela é vítima e se lastima das perdas desse relacionamento na vida dela, por outro, justifica e mantém o status desse agressor no contexto familiar.

*Eu tenho aqui conversas de uma amiga que disse que deixou de fazer uma festa, mesmo tendo chácara, tendo tudo, porque jamais faria uma festa para não me convidar, sendo que eu era a melhor amiga, porque me convidar era convidar ele. Muitas vezes, eu deixei de comemorar as coisas porque não queria que ele fosse. Disse que nem conseguia dormir, que ficava ansiosa, nervosa, porque qualquer hora ele poderia aprontar.*

Em outro momento do complemento de frases, novamente fica evidenciado um isolamento pensado, programado para se esquivar de situações públicas de conflito, em especial a que envolve terceiros: “*Não tenho muito convívio com a sociedade, eu me isolei muito da sociedade, eu vou muito em mato, em cachoeira, em lugar que eu não tenho muito contato com as pessoas*”.

Isso parece se dar não só no sentido de autopreservação, mas também para preservar pessoas que ela tem afeto e cuidado, já que o agressor, muitas vezes, se volta não somente contra ela, mas também contra pessoas do seu convívio, provavelmente por ter percebido que isso a afeta ainda mais. Por vezes, o ofensor se concentra em agressões verbais e morais, porém, tantas outras vezes, se vale também de agressões físicas. Outro ponto que chama a atenção é a falta de previsibilidade do comportamento do ofensor, o que nem sempre lhe oportuniza se prevenir, se proteger e, tampouco, proteger terceiros, o que faz com que a esQUIVA permeie todos os contextos possíveis. O trecho a seguir de sua fala no complemento de frases deixa isso evidente:

*Eu tenho inúmeras memória de agressão, não só comigo, mas também dele com outras pessoas, porque parece que ele não consegue ouvir um ‘não’. Ele está conversando contigo, daqui a pouco: ‘túm’. É como se eu tivesse traumatizada, eu me sinto traumatizada, porque eu não vou poder me abrir.*

Essa fala de Joana – dentre a de todas as outras mulheres – demonstra o conhecimento que ela tem de que seu ofensor pode afetar qualquer pessoa, dentro e fora do seu convívio cotidiano. Além disso, a vergonha sempre está presente, não só na presença de outras pessoas, mas para com ela mesma. Algumas vezes, ela pergunta a si mesma: “*como eu posso passar*

*tanta vergonha ao lado desse homem?”* Aí ela se lembra do que chama de foco na estabilidade financeira, para poder um dia sair desse relacionamento abusivo.

Joana mora de aluguel e não tem dependência financeira do ofensor, ao contrário, parece que ela é a provedora do lar. Ele contribui com sua mão de obra no comércio da família, bem como fica à frente com os cuidados com os filhos. Esse é um ponto que inclusive parece ser muito sensível para Joana: o fato de o ofensor trabalhar junto com ela. Parece que, mesmo sendo muito profissional, ela fica sem ter um local/ou atividade de fuga: tem sempre que se mostrar bem, ainda que não esteja. Chegou a cogitar abrir uma outra loja, para que seu ofensor administrasse, e assim diminuir o convívio com o mesmo.

Contudo, ser provedora financeira da família também se configura como fator de risco aumentado para a violência doméstica. Seu ofensor tem 10 anos de idade a menos que ela, sendo este outro fator de risco importante, segundo o questionário de Avaliação de Risco, usado por toda a rede de enfrentamento de violência doméstica.

Embora tema pelo pior, Joana não tem interesse na MPU por dois motivos: seus filhos e seu trabalho. Ela relatou que não pode mantê-la por essas razões, porém, afirma fazer questão do registro de que ele é um criminoso, e que ele responda criminalmente por seus atos. Ela solicitou a manutenção do processo criminal em curso e, quanto ao processo judicial, o consultei em 14 de fevereiro de 2022, no qual constava que o ofensor foi encaminhado para um grupo reflexivo para homens. Na delegacia, em sua defesa, ele disse que só falaria em juízo e de que ela faz uso de bebida.

Observa-se, na maior parte dos BOs desencadeados pela Lei Maria da Penha, uma necessidade dos ofensores de justificar o injustificável – violência. Para tanto, o recurso que costuma ser mais usado é desqualificar a vítima, das mais diferentes formas: traições fantasiadas, ou algo que torne sua conduta moralmente contestável; acusá-la de fazer uso de álcool e drogas; de que ela é portadora de doenças ou transtornos mentais. Desqualificar a vítima não somente como mulher, mas também no seu papel materno, quase sempre significa ferir a mesma em grande profundidade, até porque a sociedade, como um todo, julga mal as mulheres que, em sua visão, não estão qualificadas para atuar como mãe.

Ao ouvir a participante falar, tanto em contato telefônico como pessoalmente, por meio de seu complemento de frases, tenho a certeza da necessidade dela de demonstrar força, tanto em sua postura física, como no timbre de sua voz, como no teor de suas palavras. Creio que ela, em sua autoconcepção, entenda ser fundamental ser sempre combativa, ainda que naquele contexto se configure como vítima. Ela se sente empoderada, e acredita que está nessa situação por decisão própria, depois de analisar custo/benefício, como faz enquanto comerciante.

Aparentemente, ter essa leitura a faz sentir menos dor. Parece não ter se dado conta ainda que, quando é protagonista, o mal promovido por seu ofensor produz tão grande devastação, que faz com que ela perca o benefício calculado inicialmente e, além dele, muito mais.

Ela disse que não se vê como uma pessoa feliz, que até sua religiosidade fica comprometida pelo ofensor, já que ele só vai à igreja quando faz algo errado, e quer agradá-la como mecanismo de compensação. Em sua leitura, “*assim não serve*”. Ela deixou de ir pelo mesmo motivo que desistiu de ter vida social: vergonha de estar nos lugares públicos com o ofensor – ele se torna agressivo. Sobre a abertura de fazer acompanhamento psicológico oferecido pela DPDF, e saber que precisa de suporte psicoterápico, em seu complemento de frases, ela diz:

[Atualmente eu] *Estou extremamente focada em estabilidade tanto financeira, como emocionalmente também, procurando ajuda para ver se eu melho em algumas coisas, eu acho, por exemplo, um psicólogo para me ouvir, porque eu não posso conversar com ninguém, sobre as coisas que eu passo por eu ter vergonha. Então, se alguém me ouvir acho que ia me ajudar, ou, às vezes, me orientar de alguma forma, porque, às vezes, eu não estou totalmente correta, preciso também de ajuda, a pessoa falar: ‘não é por esse caminho, Joana. Você está indo errado, você pode melhorar nisso’... Porque a gente não é perfeita, a gente sempre está em busca de melhoras, porque tenho dois filhos, e vou precisar orientar eles também.*  
*Gosto muito de trabalhar. Além disso, assim evito problemas com o Kaleb, não vou mais a lugar nenhum. Uma hora ele está bem, no momento seguinte joga um copo de cerveja no meu rosto. Sinto muita vergonha, e me afastei de todo mundo para não passar vergonha.*  
*Porque todos os meus amigos são pessoas formadas, pessoas que trabalham, não é do tipo Kaleb. Vou arriscar passar vergonha na frente dos outros de novo? Mulher, eu estou cansada... [de] ser agredida assim.*

Embora seja visível o quanto Joana é uma mulher trabalhadora, também é perceptível que ela se sente diminuída por não ter cursado o nível superior. Tanto que ela cita o fato de a família do ofensor ser composta por pessoas de nível superior – assim como seus amigos –, e que esse é um lugar que ela busca estar, ainda que por meio de terceiros, o que pode incluir até mesmo dar isso aos filhos. É como se isso legitimasse a falta desse componente em sua trajetória.

Fica evidente, na fala de Joana, a admiração quando o assunto é a escolaridade: enquanto o ofensor é formado em Matemática, Joana gostaria de ter mais de estudo formal. Mas esse “endeusamento” do ofensor, às vezes, perpassa a cortina acadêmica, passa também a permear questões familiares, como quando diz: “*Se ele não ingerir bebida alcoólica, ele é educado, ele é formado em Matemática, tem formação em vendedor. Se você ver ele, você acha que ele é um santo. As pessoas acham que ele é um cara do bem. Eu já perdi quase todos os meus amigos*”.

O pai de seu ofensor é sargento da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), mas ela relata que, mesmo assim, ele usa droga desde os 12 anos de idade, e atribui a esse fato seus “surto” esporádicos. Sua mãe é enfermeira, e tem experiência em clínica de reabilitação. Acredita que, como ele é filho único, sua mãe sempre teve dificuldades no trato com o filho. Percebe o fato de que ele ter dois irmãos por parte de pai – e ambos serem bem-sucedidos acadêmica e financeiramente – cria ainda mais problemas para o ofensor, visto que a cobrança social se faz aumentada.

Joana traz, para seu diálogo, uma crença em relação ao seu sogro: ela acredita que o fato de todos os filhos dele serem inteligentes advém de sua boa genética – algo que pode fazer diferença para os seus próprios filhos com Kaleb. Ela acredita, então, que enquanto o marido contribui com a boa genética, ela deve oferecer todo o restante – como o dinheiro.

Sua família, por sua vez, tem origem muito humilde, e sempre passou por privações, inclusive básica, como as alimentares. Nunca pôde almejar instrução formal para seus filhos, já que o foco maior era a subsistência, sem muitas perspectivas de futuro, tampouco de um futuro melhor.

Mesmo assim, tendo sido criada num contexto carente de esperanças, ela se fez evoluir, melhorar as condições financeiras não somente para si, mas para seus pais e seus filhos. Isso explica, provavelmente, a necessidade de se mostrar sempre combativa e fortalecida, a ponto do seu ofensor verbalizar que ela é muito fria. Talvez, ao menos parte de suas agressões, de todas as naturezas, seja uma tentativa de deixá-la vulnerável, submissa, como ele acredita que uma mulher deve ser aos homens em geral. Pode-se inferir que os homens que se configuram como ofensores contam com o machismo estrutural em sua criação, e geralmente perpetuam essa crença em seus filhos.

Talvez ele queira que aquela mulher, que é sua chefe o dia inteiro, seja submissa em algum momento, nem que seja íntimo. Talvez, em alguns momentos, ser submissa num contexto íntimo não seja suficiente para o ofensor e, por isso, ele resolva optar pela violência moral, já que a física e a psicológica se fazem sempre presentes e, já que a violência patrimonial não parece ser um foco de sua satisfação, tendo em vista que ela é a provedora de toda a família, cometer violência patrimonial contra ela poderia soar como “um tiro no pé”.

Aparentemente, outra componente está no relacionamento de Joana – assim como está na maior parte dos relacionamentos abusivos: a traição. Muito embora isso aparentemente não traga tanto incômodo como outros, há de se observar que é uma forma de subjugar o outro, humilhar, e que ela mesma traz que houve uma melhora acentuada com a pandemia: “A pandemia melhorou muito, bastante, porque eu já fui muito traída, mas nunca revidei, porque

*não acho certo, eu não queria me igualar, e isso me machucava demais, me magoava demais. E também não tinha como, porque eu vivo de casa para o trabalho, e do trabalho para casa”.*

A mudança de comportamento, por parte do ofensor durante a pandemia, se deu não só pelo medo de contrair a doença, mas em especial pelo medo de levar o vírus para dentro de casa, visto que o filho do casal tem questões de saúde importantes: é submetido com frequência a consultas, exames, cirurgias e outros procedimentos médicos. Talvez, o que Joana traz em sua fala como sendo o ofensor bom, no papel paterno, seja algum mecanismo compensatório pelo desempenho ruim no papel de marido, de pessoa e até para seus crimes contra ela. Peço licença para colocar aqui um termo “emprestado” de outra base teórica: o ofensor parece se valer de reforço intermitente para manter a vítima consigo, mesmo numa relação muito difícil e violenta, pelo seu bom desempenho como pai.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que o primeiro desafio proposto por essa pesquisa foi a aplicabilidade prática e dentro de um trabalho institucional. Aproximar teoria e prática para melhor atender mulheres vítimas de violência doméstica – num momento histórico, onde o número de casos de violência se fazia cada vez mais alto e com várias possibilidades teóricas para intervenção – e optar pelo processo construtivo-interpretativo permitiram compreender o fenômeno dentro do contexto histórico cultural das participantes, e porque não dizer, de todas as assistidas pela instituição, evitando atalhos reducionistas e de senso comum, sempre com o compromisso ético de minimizar os equívocos nas interpretações e intervenções.

Entendo que o pesquisador não é um mero aplicador de instrumentos, mas alguém capaz de investigar aspectos vinculados à organização subjetiva de instrumentos e percepções: é alguém capaz de se despir das “facilidades” de usar um instrumento, de assumir acertos e possíveis erros de instrumentalização, de atuar a partir de suas próprias análises e, ainda, de fazer contraposições às padronizações que acabam por estigmatizar as mulheres que padecem com os males da violência doméstica. Além disso, o tema da subjetividade enfatiza processos dialógicos, rompe com o determinismo e com a linearidade, que não se explica ao caráter objetivo de nenhuma das experiências vividas. Em outras palavras, o que acontece não tem uma única explicação: são necessários alguns fatores convergentes e, normalmente, parece não ter uma única explicação.

Assim, entendo que a pesquisa atingiu seu objetivo geral, de compreender como é sentida e percebida a violência doméstica pelas mulheres que dela tem padecido, bem como as formas como estas vivenciam subjetivamente o processo de apoio institucional pela DPDF, além de explicar a eficiência das estratégias institucionais, de modo que as mulheres que vivem de forma ativa as experiências de violência possam se posicionar frente à mesma, com a aplicação de novas estratégias de prática profissional orientadas ao desenvolvimento subjetivo das mulheres atendidas pela DPDF.

As intervenções institucionais visam combater a evolução da violência, para que a mulher consiga sair do ciclo de violência. Sabe-se que omitir esforços na evolução do ciclo de violência pode, inclusive, terminar em seu extremo: o feminicídio. Essa produção teórica produziu material empírico que pode e deve ser usado para desafios complexos, como resguardar a integridade física e psicológica da mulher.

A valorização da mulher como a pessoa mais indicada para saber o que é melhor para si é fundamental para aqueles profissionais que atendem cotidianamente esse público, respeitando

e instigando que seus valores e crenças sejam respeitados, e suas produções de sentidos subjetivos sejam legitimadas. A subjetividade social da violência doméstica trabalha para que muitas mulheres não usem recursos importantes para avançar em formas reflexivas no combate à violência sofrida, respeitando sua complexidade, não sendo possível controle e previsão e, em especial, julgamentos ou representações teóricas que não considerem a construção de novos processos subjetivos.

Considera-se que mudanças nas concepções são fundamentais: o referencial teórico utilizado se mostrou bastante eficiente para cuidar das assistidas, promovendo a emergência do sujeito e de sua subjetividade. A Teoria da Subjetividade, como marco teórico, me permitiu uma imersão em conceitos de sentidos subjetivos e configurações subjetivas, bem como tantos processos de subjetivação vinculados ao feminino – a violência, amor, dependência econômica, social, entre outros –, que não me permitem mais falar em determinismo ou linearidade.

Entender várias produções subjetivas – e como novos sentidos subjetivos emergiam durante a intervenção profissional com o poder de criar e alterar produções subjetivas singulares – me agregou várias possibilidades para intervenções. Foi possível observar que as mulheres acompanhadas traziam sentidos subjetivos relacionados às suas histórias de vida particulares e a forma com que elas subjetivavam suas múltiplas condições sociais. Os sentidos subjetivos vinculados aos sentimentos de vergonha, medo, dependência e insegurança, bem como ocupar o ambiente social de forma laborativa, como sujeito de direitos – uma construção subjetiva singular para cada mulher –, e abordar a dimensão subjetiva da violência, me possibilitaram olhar para os obstáculos, mas emergiam a partir da produção de sentidos subjetivos no seu processo de investigação, que se configurou subjetivamente como um processo de desenvolvimento das mulheres, em que novos sentidos subjetivos foram configurados marcando o desenvolver da subjetividade.

A produção de sentidos subjetivos distintos que permitem às mulheres se posicionarem de forma qualitativamente diferenciada em relação à violência, caracterizou as possibilidades de elas avançarem de forma mais positiva diante das adversidades processuais. O conceito de subjetividade social me permitiu compreender a rede de produções e relações de sentidos subjetivos diversos que integravam o espaço social de cada mulher.

## REFERÊNCIAS

AMORETTI, R. **psicanálise e violência**. Petrópolis: Vozes, 1992.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos: balanço das denúncias de violações de direitos humanos**. [Brasília]: MDH, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2SRFwL7>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. [Brasília: MDH, 2011].

BRONFENBRENNER, U. **Biotecnologia do desenvolvimento humano: tornando os seres mais humanos**. Porto Alegre : [s.n.], 2011.

CARROY, J. **Hypnose, suggestion et psychologie: L’Invention du sujet**. Paris: Puf, 1991.

CELMER, E. Violência contra a mulher, produção legislativa e discurso punitivo – um estudo sobre a Lei Maria da Penha (11.340/06). **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 170, p. 15-17, 2007.

CLETO, M.; COOLAN, N.; SIGNORELLI, M, C. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 157-170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctwxxpY7prmbzZZzGrT5rHsC/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário**. Pernambuco: UNICAP, 2018. Disponível em: [www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/04/69f98306e01d7a679720c82bf016b8ea.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/04/69f98306e01d7a679720c82bf016b8ea.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. **Violência do cotidiano: do risco à proteção.** [S.l.]: Liber Livro, 2005.

COSTA, R.; MADEIRA, M. Z.; SILVEIRA, C. M. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. *In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO*, 17., [14-17 nov. 2012, João Pessoa]. **Anais eletrônicos...** [João Pessoa: UFPB, 2012]. p. 222-240. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EDELMAN, N. **Voyantes, guérisseuses et visionnaires en France (1785-1914).** Paris: Albin Michel, 1995.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Epistemología cualitativa y subjetividad.** São Paulo: PUC-Educ, 1997.

\_\_\_\_\_. O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia? **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 8, n. 1, p. 20-33, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. *In: TACCA, C. (org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico.* Campinas: Alínea, 2006. cap. 5, p. 28-32.

\_\_\_\_\_. **Personalidade, saúde e modo de vida.** São Paulo: Editora Thomson, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** São Paulo: Thomson Learning, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

\_\_\_\_\_. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Thomson, 2003.

LANCETTI, A. **A clínica peripatética.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. Mulheres em situação de violência doméstica: aspectos referentes ao empoderamento feminino. **Revista Internacional Interdisciplinar INTerthesis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 1-8, 2019.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MORI, V. D.; ABDALLA, H. **Teoria da Subjetividade**: um caminho para a compreensão da conjugalidade e de seus processos individuais e sociais expressados na psicoterapia. Brasília: UniCEUB, 2021.

MORI, V. D.; GONZÁLEZ REY, F. A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 140-152, 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. 357 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342375292/relatorio-mundial-sobre-saude-e-violencia-oms-pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROWLANDS, J. **Empowerment examined**. [S.l.: s.n.], 1995. E-book.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAGRADA Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, C. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**, [Amparo], p. 1-9, 2012.

SILVAL, A. S.; BARBOSALL, G. S. S. A determinação de reeducação de agressores domésticos como medida necessária frente a violência psicológica nas varas de família, da infância e da violência doméstica. **Revista do curso de graduação em Direito**, São Luiz, v. 18, n. 32, p. 59-80, 2018.

SEDEST. **Casa da Mulher Brasileira**. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

SOUZA, T. M.; SOUSA, Y. L. R. Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **Revista da Sociedade de Psicoterapeutas Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 59-74, 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

ZANOTTA, L. M. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

## ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa denominada “enfrentamento à violência doméstica pela Defensoria Pública do Distrito Federal: um estudo de casos à luz da Teoria da Subjetividade”.

**OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:** O objetivo da presente pesquisa é compreender como é sentida e percebida a violência doméstica pelas mulheres que dela tem padecido e as formas como estas vivenciam subjetivamente o processo de apoio institucional. Para isso, serão utilizados momentos de dinâmica conversacional e o instrumento de complementos de frases. Poderão ser utilizados filmes e momentos de diálogo informal, bem como realização de visitas domiciliares.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:** Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

A estudante irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados do estudo serão enviados para você e permanecerão confidenciais, se assim desejar. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO:** A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Agradecemos o interesse em colaborar com a realização desta pesquisa.

---

Assinatura Participante

---

Assinatura Pesquisador

**ANEXO B – Modelo de complemento de frases**

- Atualmente eu:
- Quando tenho dúvidas:
- Esperam que eu:
- Minha família:
- Meus amigos:
- Eu gosto de:
- O tempo mais feliz:
- Infelizmente:
- O trabalho:
- Tenho dificuldade em:
- Minha maior frustração:
- Um bom período da vida:
- Uma saudade:
- Com frequência sinto:
- Meu maior problema:
- Farei o possível para:
- Considero que posso:
- Diariamente me esforço para:
- Minha lição de vida:
- O que eu espero: